

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Relatório de Estágio

Guilherme Teixeira da Silva Costa

Mestrado em Estudos Urbanos

Orientador:

Doutor João Pedro Nunes, Professor Associado
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Co-Orientador: Doutor Pedro Perista, CESIS - Centro de Estudos para a
Intervenção social

Novembro, 2022

Relatório de Estágio

Guilherme Teixeira da Silva Costa

Mestrado em Estudos Urbanos

Orientador:

Doutor João Pedro Nunes, Professor Associado

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Co-Orientador: Doutor Pedro Perista, CESIS - Centro de Estudos para a
Intervenção social

Novembro, 2022

O etno-sociólogo é uma espécie de intelectual orgânico da humanidade que, como agente coletivo, pode contribuir para desnaturalizar e desfatalizar a existência humana, colocando a sua competência ao serviço de um universalismo enraizado no entendimento dos particularismos.

Pierre Bordieu, *Entre-Amis*.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pai e mãe, e ao meu irmão, por todo o carinho e toda a disponibilidade que sempre demonstraram, independentemente da fase em que me encontrava. Fico imensamente grato por terem contribuído para a criação destas páginas e, sobretudo, pela sua maneira de, ao existirem, contribuírem para que este projeto pudesse andar para a frente.

Ao Professor João Pedro Nunes e ao Professor Pedro Perista, por terem orientado algo (ou alguém) que ultrapassa a existência do presente relatório de estágio. Um sincero obrigado pelo tempo e pelas experiências partilhadas. Tenho a certeza que comigo permanecerão durante muitos mais anos.

Às/Aos do costume, Filipa, Bea, Marcelo, Maria, Bruno e Mariana, por toda a cumplicidade e sugestões que foram fazendo ao longo deste percurso. Sei que, na ausência de rumo, posso sempre contar com vocês.

À minha querida Jezzy, ou Jezebele como alguns lhe teimam em chamar, por todo o carinho e afeto face as épocas mais complicadas. Por todas as marradas e cabeçadas que me foram direcionadas, assim como por todo o amor incondicional que sei que partilhamos.

Ainda, a todas as pessoas que tornaram este projeto possível, nomeadamente ao CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social e todos/as os/as seus/suas integrantes que, diariamente, disponibilizaram o seu tempo para me auxiliar.

Por fim a todas as pessoas com quem falei, com um especial carinho para Doca e para as suas raparigas. Um grande obrigado por se terem aberto comigo e por me terem ajudado a chegar até outras pessoas.

RESUMO

O presente relatório de estágio visa explorar criticamente todo o trabalho por mim desenvolvido durante 10 meses no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Analiso, com maior profundidade, as práticas para se aceder ao campo/terreno de investigação dentro de um projeto em específico, o UPLIFT - Urban PoLicy Innovation to address inequality with and for Future generaTions, e todas as inquietações que, sendo comuns às ciências sociais, daí foram surgindo. Para tal, recorro a narrativas que coletei durante a minha permanência no terreno, bem como às relações que aí estabeleci, para construir uma imagem mental sobre o panorama da ação prática da investigação.

Através do estabelecimento de uma relação entre a teoria e a prática, recorro até há Amadora com entrevistas semiestruturadas, histórias de vida e métodos etnográficos com foco na observação participante para dar a conhecer a necessidade de incorporação das vozes das pessoas afetadas pelos projetos, políticas e mecanismos que as procuram ajudar. Não se pode prescindir das vozes sob pena de se ficar prisioneiro de um iluminismo estatal, por certo bem-intencionado, e de um voluntarismo local, demasiado crédulo quanto à capacidade transformadora de determinados aspetos da realidade social.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Práticas sociais; Desigualdades Sociais; Amadora;

ABSTRACT

This internship report aims to critically explore all the work that I developed during the last 10 months at CESIS – Center for Studies for Social Intervention. I analyze, in greater depth, the practices to access the research field within a specific project, Uplift.Eu, and all the concerns that, being common to the social sciences, have arisen from there. To this end, I use narratives that I collected during my stay in the field, as well as the relationships that I established there, to build a mental image over the panorama of the practical action of the research.

Through the establishment of a relationship between theory and practice, I resorted to Amadora with semi-structured interviews, life stories and ethnographic methods focused on participant observation to show the need to incorporate the voices of people affected by projects, policies and mechanisms that seek to help them. Voices cannot be dismissed under the penalty of becoming a prisoner of a state enlightenment, which is certainly well-intentioned, and of a local voluntarism, which is too credulous regarding the transformative capacity of certain aspects of social reality.

Keywords: Fieldwork; Social practices; Social inequality; Amadora;

Contents

INTRODUÇÃO.....	1
ESTÁGIO NO CESIS – CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL.....	6
A ENTRADA NO ESCRITÓRIO.....	6
OS PROJETOS DE ESTÁGIO.....	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO MÉTODO	19
COMO GARANTIR O ACESSO AO CAMPO	19
OS MÉTODOS	23
AS ENTREVISTAS	24
PERSPETIVA DOS PARTICIPANTES E A SUA DIVERSIDADE EM CONTEXTO DE ENTREVISTA	27
TRABALHO ETNOGRÁFICO E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	30
HISTÓRIAS DE VIDA.....	34
UMA (RE)ENTRADA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	36
CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCERTEZA DO DESTINO	41
DOCA E AS SUAS RAPARIGAS.....	46
HISTÓRIA COMUM OU CASO DE SUCESSO?.....	46
CONHECIMENTO (RE)PRODUZIDO SOBRE O TERRITÓRIO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO UPLIFT.EU.....	55
NOTAS SOBRE AS INVISIBILIDADES (INSTITUCIONAIS) DO CAMPO	57
INVESTIGAÇÃO NUM TERRENO DE DISCURSO POLARIZADO	59
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTÁGIO.....	63
BREVES REFLEXÕES CRÍTICAS	63
ENVOLVIMENTO PESSOAL E RELEVÂNCIA	65
BIBLIOGRAFIA	67
ANEXOS	74

ÍNDICE DE QUADROS OU FIGURAS

Fig. I: Capítulo da metodologia publicado no relatório de síntese.

Fig. II: Imagens e publicações em redes sociais de elementos do projeto.

Quadro I: Lista prévia das entidades.

Quadro II: Email modelo para as entidades/associações.

Quadro III: Lista de contactos realizados, por entidades/associação, descrição breve das atividades e status do contacto.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 veio exacerbar as desigualdades sociais existentes. Aliás, quase que se poderia dizer que o vírus, cuja dimensão é tão reduzida que escapa ao olhar humano, é um dos melhores sociólogos do nosso século, dada a sua capacidade de fazer emergir as desigualdades presentes nas diferentes sociedades. Notícias como “mais pobres ficam ainda mais vulneráveis com a pandemia” (Jornal Sábado, 2021); “pandemia agravou o risco de pobreza e exclusão social” (RTP, 2022); “mulheres, jovens e os mais pobres: as grandes vítimas da pandemia” (Diário de Notícias, 2022) abundam nos canais televisivos e nos jornais portugueses diariamente. Como forma de atenuar os efeitos da pandemia, as agências de saúde pública, aliadas aos constrangimentos dos governos, solicitam que as pessoas pratiquem o distanciamento social, usem máscaras em espaços fechados, lavem as mãos com frequência e que trabalhem a partir de casa. Ora, para as pessoas que se encontrem numa situação de vulnerabilidade social, essas condições tornam-se difíceis (para não dizer, muitas vezes, impossíveis) de realizar. Não é possível praticar o distanciamento social em locais com alta densidade populacional, onde muitas vezes se encontram várias gerações a residir sobre o mesmo teto. O uso de máscaras e a lavagens das mãos pressupõem que as pessoas detêm os recursos para as adquirir e praticar. E, em situações precárias, torna-se impossível trabalhar a partir de casa, sem sequer se mencionar os efeitos de se ficar desempregado.

Todos estes fatores parecem ser contemplados nas notícias e, como um passado rico em crises permite ilustrar, as principais dimensões da desigualdade (tais como o emprego, habitação, educação) são alvo de uma grande preocupação por parte de quem formula as políticas. No entanto, a maioria dos projetos, políticas ou até mesmo ações que têm em vista fornecer auxílio aos que se encontram numa posição mais vulnerável procuram oferecer respostas sem saber o que perguntar. As políticas que visam reduzir as desigualdades são, muitas vezes, ineficazes, uma vez que não respondem adequadamente aos problemas vividos por quem se encontra numa posição de vulnerabilidade social. Face à ausência de poder institucional, os atores sociais são forçados a recorrer a *táticas* (Certeau, 1984) próprias e mecanismos de defesa, construídos sobre os seus agregados familiares ou sobre o seu território, para colmatar as dificuldades e, assim, sobreviver (Lewis, 1973). Essas formas de atuar no meio social são depois transmitidas de geração em geração, cristalizando-se em valores e em *modos de operar* face a determinadas

situações. Assiste-se assim a um certo *ciclo vicioso* onde um conjunto assimétrico de desvantagens é intergeracionalmente herdado.

O presente relatório de estágio surge no contexto da frequência do Mestrado conjunto em Estudos Urbanos oferecido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. É sobre este cenário que o estágio curricular tomado a cargo pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social tomou lugar. Após ingressar no segundo ciclo de estudos que me iria conduzir ao grau de Mestre e de analisar em bom rigor as oportunidades que se encontravam em aberto, decidi por bem realizar o estágio de investigação no CESIS devido a, principalmente, três razões de carácter mais amplo. A primeira delas, por certo aquela que ocupa uma maior posição no grau do desenvolvimento individual enquanto aspirante a cientista social, corresponde ao facto de desejar traçar a minha entrada dentro do mundo da academia com base numa posição concreta. Depois, procurava desenvolver produções que, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico, fossem consideradas socialmente úteis, contrastando com a ideia cada vez mais presente na academia neoliberal dos ditos *orgasmos intelectuais*. Por último, a opção do estágio surge assim como uma ótima forma de aumentar os meus conhecimentos, adquirindo experiência relevante para o efeito, sobre os procedimentos dentro de projetos de investigação internacionais e de grandes dimensões.

A um nível mais concreto, devem ser destacadas ainda duas razões que me levaram a seleccionar a opção de desenvolver o estágio curricular, nomeadamente o facto do CESIS ser um centro de estudos especializado nas áreas de estudo da pobreza, vulnerabilidade e exclusão social, pessoas em situação de sem abrigo, minorias étnicas e culturais, igualdade de género, envelhecimento, violência, usos do tempo e juventude, possuindo alguns/algumas das maiores especialistas a nível nacional neste domínio; e ainda, o facto de deter uma história social, fundado inicialmente pelo Dr. Alfredo Bruto da Costa e pela Dra. Manuela Silva para dar início aos primeiros estudos sobre a pobreza em Portugal.

O meu contributo para o CESIS encontra-se associado a um projeto em concreto¹ que, permitindo o meu envolvimento enquanto membro da equipa de sociólogos,

¹ Não obstante o facto de ter participado em mais projetos e de ter realizado mais tarefas, o presente relatório de estágio procurará aludir ao projeto que acompanhou a duração total do estágio, bem como aquele que necessitou um elevado grau de envolvimento enquanto cientista social.

acompanhei nestes últimos dez meses, intitulado de “Uplift.eu – Urban PoLicy Innovation to adress inequality with and for Future generaTions”. Trata-se de um projeto de investigação, financiado pela União Europeia (Horizonte 2020), que procura estabelecer uma abordagem inovadora ao design de políticas urbanas que procurem reduzir das desigualdades socioeconómicas, através de uma metodologia participativa de cocriação entre dezasseis países². Aqui, as minhas principais funções passaram pela realização da abordagem ao campo de estudo - identificação das pessoas a entrevistar por intermédio de entidades e associações no terreno, realização de entrevistas e transcrição das mesmas - redação de documentos para incluir em relatórios e *deskwork* de identificação e problematização de dimensões associadas ao projeto.

A (minha) vocação sociológica dentro do projeto Uplift.Eu passou a ser reforçada, sobre um processo de aprendizagem, *em campo*, através da imersão contínua dentro da realidade quotidiana de uma sociedade tão particular como a da Amadora. Não deve cair no esquecimento que, ao utilizar nos capítulos seguintes as situações que me foram descritas, juntamente com as que tive oportunidade de viver, enquanto um laboratório vivo de experiências sociais, encontro-me a aludir à pré-lógica das suas práticas. Por outras palavras, trata-se de ultrapassar o elemento da *estrutura* para passar a observar as *táticas diárias*. Procurei afastar, na medida do possível, a *teoria da prática*, por forma a explorar o que lá no meio ficava e, como resultado, fui guiado pelas práticas de investigação em campo, contrariamente ao desejo de resolução de puzzles antagónicos antigos³ (Wacquant, 2006).

Deve ficar registado, antes que as possíveis críticas possam emergir, que o presente relatório de estágio não segue um modelo padronizado de produção científica, prática protocolar na qual a ciência se costuma inserir, uma vez que procurei analisar criticamente e deixar que o quadro conceptual fosse construído à medida que as narrativas iam surgindo, tomando a estrutura do discurso enquanto uma forma de emancipação da realidade social (através da leitura das afirmações). Este documento corresponde, pois, a uma sugestão de um *jogo de ping-pong escrito*, onde o leitor se encontra constantemente a ler e, simultaneamente, a refletir, tal como eu, sobre a sua própria experiência em campo. Trata-se, pois, de um diálogo permanente entre mim mesmo, medido pelas experiências vividas e pelas realidades sociais experienciadas. Desta forma é possível

² No cenário português, o concelho escolhido para o desenvolvimento deste largo projeto de investigação foi o da Amadora.

³ É caso de exemplo a consagrada dinâmica relacional entre a *estrutura* e a *ação*.

capturar imagens, paradas no tempo, das situações narradas, contribuindo assim para o carácter interminável da imaginação sociológica.

O relatório inicia-se com um capítulo dedicado ao CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, onde fica patente a condição para a realização do estágio, dos projetos que realizei e, sobretudo, das dificuldades iniciais que o CESIS me permitiu ultrapassar. Depois, no capítulo intitulado de *fundamentação teórica do método*, procuro explorar a relação entre a teoria e a prática, numa tentativa de encontrar o que pelo meio se perde. Entrevistas, etnografia e observação participante, bem como histórias de vida encontram-se metodologicamente explicadas. Segue-se um capítulo atribuído exclusivamente há *Doca e às suas raparigas*. Doca foi uma das *gatekeepers* principais para o acesso ao campo e a sua história permite ilustrar algumas condições do dia-a-dia, com a finalidade de apresentar um terreno que, não sendo possível descrever por intermédio do invocar das entrevistas do projeto, se procura demonstrar. Por fim, o relatório de estágio termina com algumas possibilidades de reflexão sobre o projeto e, ainda, sobre o meu envolvimento pessoal.

ESTÁGIO NO CESIS – CENTRO DE ESTUDOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL

A ENTRADA NO ESCRITÓRIO

Toca o despertador. Tinha-o colocado no modo de “alarme” na noite anterior para que nada faltasse ao grande dia. Seria de esperar que, com o som agressivo e constante do *iphone 7*, qualquer pessoa acordasse. Não foi o meu caso. Foi necessário que o som do pequeno telefone ecoasse pelas paredes do quarto uma segunda vez para que eu o fosse desligar. Ao ouvi-lo, desloquei-me até ao quarto. Já estava acordado antes da hora prevista na noite anterior, dado o tremendo entusiasmo em realizar uma tarefa para a qual andava a estudar nos últimos 4 anos de licenciatura e mestrado. Parecia que o meu cérebro não queria descansar de forma propositada, colocando uma pressão adicional sobre o primeiro dia de uma longa e importante etapa. Recordo os 10 segundos percorridos desde a cozinha até ao quarto para desligar o despertador. Um trajeto que outrora podia até ser realizado de olhos fechados e sem qualquer dificuldade revestiu-se agora de uma aura de entusiasmo e alegria. Está na hora, pensei. Vou sair mais cedo para não chegar atrasado logo no primeiro dia. Quem sabe o que pode acontecer pelo caminho? Será que vou apanhar trânsito? Será que consigo arranjar local para estacionar perto do escritório? Todos esses pequenos pormenores tinham de ser equacionados para que nada faltasse no primeiro dia.

O trajeto de minha casa até ao escritório não deveria tomar mais do que 15 minutos de carro, se equacionasse um cenário sem trânsito. No entanto, dado o carácter compulsivo e efervescente dos condutores lisboetas em hora de ponta, a necessidade de sair de casa com 1 hora e 40 minutos de antecedência foi considerada obrigatória. Essa condição foi mais tarde alterada pela experiência. Nunca tinha trabalhado num escritório com horas fixas de chegada e saída, prazos de entrega e reuniões marcadas antecipadamente. Todas as atividades profissionais ou tarefas que alguma vez tivera praticado, por certo ligados ao mundo da investigação em ciências sociais, foram sempre de carácter esporádico e rápido: Uns trabalhos para a Universidade NOVA de Lisboa enquanto investigador; Algumas conferências científicas/seminários nacionais e internacionais; Uns artigos exploratórios para publicar/publicados ao abrigo do

LXNIGHTS research group; Transcrições e pequenas ACM no CICS.NOVA sobre o regime de voluntariado; entre outros. Todas elas, apesar de interessantes ao seu modo, careciam de uma atenção de tempo reduzido. Dois ou três meses no máximo. O presente estágio tomou a duração de 10 meses (ultrapassando, inclusive, as 480 horas inicialmente previstas pelos serviços de estágios do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa).

Percorri o trajeto sem qualquer dificuldade, uma vez que já estava habituado a passar por aquelas ruas de carro para ir para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Não houve qualquer percalço e, como inicialmente se podia começar a adensar, cheguei demasiado cedo ao local combinado via telefone com o Dr. Pedro Perista (coordenador do estágio por parte do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social) um par de semanas antes.

O CESIS é uma associação sem fins lucrativos, com estatuto de utilidade pública, fundada em janeiro de 1992 (apesar de condensar uma enorme experiência de trabalho iniciada em 1986). De acordo com o seu website, o CESIS “procura aliar a produção de conhecimento a uma componente de intervenção direta junto das populações, a um investimento na divulgação dessas atividades com vista à sua disseminação e, finalmente, à elaboração de propostas de medidas de política que se pretendem eficazes no combate à pobreza e na promoção do bem-estar dos cidadãos e cidadãs e na promoção da coesão social”. Tem como objetivos principais: i) concorrer para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento humanos e de promoção social; ii) contribuir, através da investigação, para o conhecimento da realidade social; mas também: iii) promover a realização de ações de formação destinadas a melhorar a capacidade de intervenção social aos vários níveis; iv) fomentar a difusão de estudos e/ou experiências inovadoras no domínio da promoção social; v) incentivar a participação das cidadãs e dos cidadãos nos seus processo de desenvolvimento e de promoção social;

Para que seja possível atingir esses objetivos, o CESIS desenvolve projetos de investigação, implementa projetos de intervenção local, presta serviços de assessoria e avaliação, organiza ações de formação, promove o desenvolvimento pessoal, realiza colóquios e seminários, acolhe e acompanha estagiários e dispõe de um centro de documentação altamente equipado.

O CESIS fica situado na Avenida 5 de Outubro, mesmo por trás da rotunda do Saldanha. Era um local de fácil acesso e, mais importante, correspondia às expectativas anteriormente traçadas para o que seria um local de trabalho para “as ciências sociais”. A porta de entrada que dava para a rua estava entreaberta, talvez devido à recomendação de

circulação do ar por parte do Serviço Nacional de Saúde. Também era visível, já na parte de dentro do edifício, um posto para desinfetar das mãos e algumas máscaras que podiam ser retiradas por quem lá passasse. Estas eram algumas das recomendações (ou obrigаторiedades, no caso das máscaras) para colocar um fim à pandemia de COVID-19 que já se desenrolava há mais de um ano. Aquando comparado com a entrada, o 4º piso do edifício parecia frio, com pouca luz natural. Isso talvez se devesse à reduzida quantidade de luz que cruzava as pequenas janelas de cada andar ou ao chão escuro de madeira. De qualquer modo, isso pouco ou nada abalou a minha disposição para trabalhar e para, finalmente, colocar as mãos nos projetos excitantes que estariam por vir. O entusiasmo, aquando transformado em mão de obra, pode ser uma poderosa arma. Ansioso pelo prelúdio dos tempos, aguardei a chega dos meus (futuros) colegas.

O primeiro dia iniciou-se com uma longa reunião de equipa. Esta era composta por 3 elementos, nomeadamente o Dr. Pedro Perista, Dra. Ana Brázia e, por fim, eu⁴. Todas as pessoas presentes pertenciam à área da sociologia (independentemente da área de especialização, quer fosse do trabalho, território, etc), já tendo vários trabalhos publicados em inúmeras revistas e plataformas internacionais. A sala, por sua vez, era bastante ampla, isenta de escuridão e com um brilho reluzente proveniente das longas janelas de sacada, contrastando com o ambiente vivido fora do escritório. As condições eram exatamente o que esperava, isto é, condições que (me) permitiram um bom desenvolvimento dos meus conhecimentos. Quadros brancos, projetores e cadeiras ocupavam a imensidade da sala. Ao entrar na sala verifico que a Dra. Ana Brázia já se encontrava na sala, sentando-se na lateral direita do agregado de mesas que constituíam a sala. Devido ao carácter pandémico, optei por me sentar na lateral oposta, garantindo assim o (alegado) distanciamento social. Com o Dr. Pedro e a Dra. Ana presentes, era possível dar início à reunião.

OS PROJETOS DE ESTÁGIO

Durante a reunião fiquei a conhecer os projetos nos quais iria ficar inserido. Com maior ou menor grau de autonomia, tratavam-se de dois projetos de investigação distintos

⁴ Posteriormente, cerca de um mês depois de dar início ao estágio, a Dra. Ana Teixeira junta-se à nossa equipa. Eramos, pois, quatro elementos.

que decorriam em simultâneo (apesar de, na generalidade do relatório, apenas fazer referência ao projeto Uplift.eu, não apenas devido à sua duração, a qual acompanhou todo o meu percurso, mas também devido à proximidade com os temas trabalhados pelos estudos urbanos). O primeiro projeto de investigação era intitulado de “Exploratory study: filling in the knowledge gaps and identifying strengths and challenges in the effectiveness of the EU Member States’ minimum income schemes”, e tinha sido encomendado pela Comissão Europeia⁵, com a duração de um ano (2021-2022). O objetivo do projeto, concebido pelo grupo Applica⁶ e pelo ICF Consulting Services Limited (UK), era o de fornecer uma avaliação abrangente dos desafios colocados à eficácia dos regimes de rendimento mínimo dos estados-membros da União Europeia. As principais tarefas incluíam: 1. O mapeamento dos esquemas de rendimentos mínimos existentes; 2. A identificação dos pontos fortes e dos desafios colocados sobre a sua eficácia do alívio da pobreza e a facilitação da transição para o mercado de trabalho, bem como para a inclusão social; 3. A avaliação do impacto das várias medidas destinadas a aumentar a eficácia destes regimes;

Uma vez que se procurava realizar, no final, um documento comparativo com todos os países membros, foi-nos fornecida uma *tabela Excel* © com vários domínios que careciam de resposta relativamente a Portugal. Com recurso a fontes secundárias⁷ foi possível realizar a tarefa partilhada entre mim e o Dr. Pedro Perista, sendo requerido posteriormente que realizássemos um único documento com essa mesma informação⁸.

O segundo projeto de investigação, sobre o qual o presente relatório pretende aludir, designa-se de “Uplift.Eu - Urban PoLicy Innovation to adress inequality with and for Future generaTions” e encontrava-se a decorrer desde 2020. Programado para terminar em 2023, o projeto ambicioso procura explorar a forma como as vozes dos jovens podem ser colocadas no centro das políticas públicas da juventude, dentro das áreas da habitação, educação e emprego. Através da criação de uma abordagem inovadora, o Uplift.Eu procura desenhar políticas urbanas que reduzam as desigualdades socioeconómicas. Para tal, parte do pressuposto de que as políticas atuais que visam

⁵ European Commission – DG Employment, Social Affairs and Inclusion, 2021.

⁶ Os detalhes do projeto podem ser verificados no website da Applica: <http://applica.be/exploratory-study-eu-member-states-minimum-income-schemes/>

⁷ DataLABOR; European Anti-Poverty Network; EUROSTAT; Institute of Social Security, IP; PORDATA e documentos relevantes encontrados durante a revisão de literatura.

⁸ Uma vez que, à data da realização do relatório de estágio, o documento não se encontra publicado, o mesmo não pode ser anexado.

reduzir as desigualdades são, muitas vezes, ineficazes, uma vez que não respondem de forma adequada às estratégias e aos comportamentos das famílias mais vulneráveis. Adicionalmente, utiliza as teorias sobre a quarta revolução industrial e os efeitos da pós-crise financeira de 2008 (Schwab, 2016, 2019; Magnus, 2017; Holton, 1987) por forma a reconhecer o fracasso das políticas face a crescentes polarizações económicas, assim como os seus efeitos na coesão e resiliência social⁹ (Longstaff et al, 2010).

Para enfrentar este enorme desafio, o projeto tem em vista desenvolver uma agenda política reflexiva através de um meio de cocriação participativo. Por outras palavras, procura incluir os sujeitos beneficiários das políticas de vulnerabilidade na produção das políticas específicas ao contexto, flexíveis, adaptáveis e com mecanismos de feedback apropriados. Segundo o mesmo, as políticas que pretendem mitigar os efeitos da desigualdade urbana, sobretudo dentro de um contexto atípico de pós-crise em rápida evolução, têm dificuldade em incorporar as necessidades e as perspetivas dos indivíduos que, vivendo essa condição diariamente, tentam apoiar. Ao fazer uso de políticas homólogas, as sociedades são levadas até ao uso ineficiente dos seus recursos, muitas vezes revelando efeitos colaterais não intencionais. Aliás, as premissas centrais ao projeto estão enraizadas nas teorias da modernidade reflexiva (Beck et al., 1994), as quais descrevem como os riscos e as sensações de incerteza decorrentes da ação humana e da vida social passaram a dominar a vida quotidiana dentro da modernidade tardia.

Assente sobre a ideia de que a construção de *Agendas Políticas Reflexivas* (RPA) constitui uma abordagem inovadora, o projeto detém três eixos que, sendo distintos, se complementam mutuamente:

- Projeto reflexivo – Baseando-se em práticas existentes (abordagens, benefícios ou até mesmo consequências não intencionais) e esquemas de governança participativa (Frankowski et al, 2018), o Uplift.Eu visa repensar a cocriação de políticas;
- Conteúdo reflexivo – Por meio da integração do nível micro, isto é, das estratégias utilizadas pelos grupos-alvo, o conteúdo permite abordar soluções políticas flexíveis e personalizadas;

⁹ Segundo Longstaff et al (2010), “Resilience is [...] the capacity of a system to absorb disturbance, undergo change, and retain the same essential functions, structure, identity and feedbacks”.

- Feedback reflexivo – Ao forjar um mecanismo que permita um feedback, o projeto encontra-se a estabelecer canais de comunicação regulares para com as partes interessadas, envolvendo assim a comunidade. Reconhece que as comunidades apenas fornecem dados e informações quando os canais de comunicação são suficientemente atrativos e acessíveis;

Para responder a todo este cenário, o Uplift.Eu segue um método de investigação dividido em quatro níveis para mapear os processos de desigualdades urbanas num contexto de pós-crise. Utiliza, pois, informação recolhida a *nível macro* para poder contextualizar os resultados obtidos a *nível micro*, por forma a elaborar uma resposta metodológica apropriada à escala (Lieberman, 2005; Louie, 2016).

Primeiro nível
O primeiro nível corresponde ao da União Europeia, focando-se em todos os tipos e escalas de desigualdades entre os seus estados-membro (baseado principalmente em métodos quantitativos).

Segundo nível
Foca-se em dezasseis <i>áreas urbanas funcionais</i> (FUAs) ¹⁰ , para examinar partes mais específicas da desigualdade e identificar políticas relevantes (abordagem de métodos mistos). A utilização de dezasseis FUAs permite um mapeamento das políticas em larga escala, colocando em causa as diferentes respostas institucionais para fazer face aos desafios sociais. São elas: Amadora (Portugal), Amesterdão (Holanda), Barakaldo (Espanha), Belfast (Irlanda do Norte), Bratislava (Eslováquia), Bolonha (Itália), Borlange (Suécia), Chemnitz (Alemanha), Corby (Reino Unido), Leuven (Bélgica), Lodz (Polónia), Lom (Noruega), Pecs (Hungria), Sfantu Gheorghe (Roménia), Tallinn (Estónia) e Mulhouse (França).

Terceiro nível

¹⁰ Procura responder a questões como: *What are the patterns and structures of urban inequality in different urban contexts? How does governance and policy reduce or exacerbate inequalities on the urban scale?*

Já no terceiro nível de análise¹¹, a atenção é direcionada para oito áreas urbanas que funcionam como estudos de caso, por forma a compreender as respostas individuais dentro dos contextos dos atores afetados e como é que estas se ligam às respostas formais (meso e micro níveis de análise qualitativa). Parte do princípio de que os indivíduos (com foco nos jovens dos 15 aos 29 anos) realizam decisões importantes dentro do seu contexto de redes informais próximas (ex. família, bairro, etc), com base nos recursos disponíveis. Todo o trabalho realizado neste terceiro nível torna imperativo o estabelecimento de contactos com as redes de *stakeholders* locais por forma a facilitar/mediar a identificação de sujeitos jovens em situação de vulnerabilidade social. Tratam-se de 40 entrevistas de *histórias de vida* com dois grupos etários distintos (grupo jovem: 15 – 29 anos; grupo ex-jovem¹²: 30 – 43 anos) para se captar os seus planos, aspirações, estratégias, carreira, habitação e fases de vida. Adicionalmente, o projeto menciona que parte das entrevistas (grupo dos jovens) devem ser realizadas por investigadores também eles jovens¹³ por forma a aumentar a confiança para com os entrevistados/as.

Quarto nível

Por fim, o elo da investigação-ação é acionado no último nível, decorrendo em quatro locais de intervenção concretos, incorporando os resultados obtidos nos níveis anteriores. O Uplift.Eu não procura apenas realizar uma análise das desigualdades na Europa (centrando-se nas escalas nacionais e regionais, NUTS II), mas também desenhar (em forma de projeto piloto) Agendas Políticas Reflexivas para a juventude que serão implementadas em quatro cidades. Essas quatro cidades funcionarão como *tipos ideais* Weberianos.

Para responder a este problema central, o projeto detém os seguintes objetivos concretos:

¹¹ Procura responder a questões mais específicas, tais como: *How are young urbanites (aged 15-29) affected by increasing polarization? Which drivers of inequality have the greatest impact on their status and opportunities? Which are the conditions that make policies against youth vulnerability efficient? How can policy effectively reduce socio-economic inequalities for local youth, while avoiding or minimizing negative externalities?*

¹² A utilização de um grupo de ex-jovens tem por base o facto de que os membros deste grupo eram jovens à data da crise de 2008.

¹³ Do inglês *young researchers*.

- Analisar os padrões e tendências de desigualdade na Europa, nos estados-membros e ao nível das FUAs, por forma a compreender as motivações que operam por detrás das respostas políticas;
- Compreender a forma como os indivíduos, no contexto das suas habitações, se adaptam (a um nível micro) aos desafios da polarização e ao fechamento dos caminhos de mobilidade social;
- Criar uma ferramenta política que seja capaz de incorporar estas perspetivas de nível micro e que as utilize na sua lógica de intervenção;
- Estabelecer uma abordagem política que seja capaz de melhor abordar, assim como reduzir, a vulnerabilidade face o aumento da polarização socioeconómica;

Os objetivos, assim como os quatro níveis de investigação mencionados atrás, podem ser encontrados ao longo dos cinco distintos pacotes de trabalho (*work packages*)¹⁴.

Pacote de trabalho 1 (PT1) – Nível da União Europeia
Tarefa 1.1: Conceitualizar as desigualdades socioeconómicas na Europa. Baseado na revisão da literatura, esta tarefa filtra e sintetiza a literatura existente sobre desigualdades urbanas: a sua escala, dimensões e mecanismos ao nível nacional e urbano. O Uplift.Eu foca-se em literatura que oferece detalhes análises causais da eficiência de diferentes intervenções sobre diferentes condições económicas e estados providência. Os focos temáticos são o rendimento e a desigualdade de rendimento, assim como a desigualdade no acesso à habitação, educação, emprego e serviços de saúde. Esta tarefa constrói as bases analíticas para o PT1, mas também para os PT subsequentes através do realçar de problemas críticos e de conceitos de desigualdade urbana em diferentes contextos (ex. sociedades líquidas ou simplesmente cidades). Materiais 1.1: Guia metodológico e planos de trabalho. Este documento corresponde a um inventário das fontes de dados e estabelece a metodologia para a análise. Também procura abordar a literatura. Considerando o limite do PT1, também serve como um plano de trabalho para todas as entidades parceiras identificarem pontos cruciais em falta.

¹⁴ É possível encontrar esta informação, assim como vários documentos relevantes, no website do projeto.

Materiais 1.2: Conceitos da desigualdade e teorias sobre o pós-crise na Europa. Enquanto resultado de um trabalho de problematização da desigualdade urbana, estes documentos irão dar início à análise de vários conceitos e a eficiência de diferentes intervenções sobre diferentes condições económicas e estados providência.

Tarefa 1.2: Identificação das forças motrizes por detrás da desigualdade. Com base na análise de dados secundários, esta tarefa irá clarificar os contextos causais das desigualdades nacionais/regionais problematizados anteriormente. Daqui resultarão dois conjuntos principais: 1. Mecanismos económicos para a polarização; 2. Políticas públicas que influenciam a polarização; Estes dois conjuntos serão analisados a nível nacional e regional. A análise irá demonstrar o contexto que levará ao estudo dos dezasseis cenários (PT2).

Material 1.3: Estudo contextual sobre as desigualdades socioeconómicas na Europa. Baseando-se nos materiais anteriores, o estudo procurará tecer uma imagem complexa da desigualdade na Europa que irá servir como um ponto de referência para os futuros PTs. Procura ligar as escalas e as dimensões da desigualdade com os mecanismos utilizados pelos estados-membros a nível regional.

Pacote de trabalho 2 (PT2) – Nível urbano (áreas urbanas com um forte foco político)

Tarefa 2.1: Análise estatística da desigualdade ao nível urbano. O objetivo desta tarefa é o de medir a escala e as dimensões da desigualdade (em termos de rendimentos e riqueza, acesso a habitação, educação, emprego e serviços de saúde) nas dezasseis FUAs selecionadas para o nível dois da análise. Para ultrapassar as dificuldades oriundas da comparabilidade e adequabilidade dos dados (ex. Census de 2011 são comparáveis, mas estão desatualizados; Utilização de dados recentes, não necessariamente comparáveis entre eles; dados das autoridades fiscais; bases de dados dos serviços de emprego e/ou educação, entre outros) são inicialmente identificadas as fontes dos dados nas diferentes localizações. Apesar de todos os parceiros serem responsáveis pelo seu relatório urbano e, assim, contribuírem com o conhecimento e dados locais, a análise será apenas realizada por alguns parceiros com a experiência adequada.

Tarefa 2.2: Análise dos contextos políticos locais nas dezasseis FUAs. Esta tarefa irá ter três componentes-chave: i) Coletar informação sobre os principais processos

socioeconómicos durante e depois da crise financeira e a recuperação subsequente; ii) Coletar informação das políticas locais que influenciam a desigualdade (políticas nacionais serão coletadas e analisadas na tarefa 1.3), considerando a possível disparidade entre os territórios geograficamente considerados das FUAs e a jurisdição das autoridades urbanas; iii) Elaborar os relatórios urbanos e as folhas de informação com as descobertas e conclusões principais; Esta tarefa será realizada em secretária e complementada com entrevistas de decisores políticos e outras partes interessadas (ONGs, etc).

Tarefa 2.3: Visão geral das políticas consideradas inovadoras para reduzir as desigualdades urbanas pós-crise. Esta tarefa tem por objetivo o foco nas respostas políticas inovadoras identificadas ao longo das dezasseis FUAs, com um especial olhar para as desigualdades horizontais (tais como o género ou a etnicidade), a utilização de tecnologias digitais na provisão pública, métodos de participação nas políticas públicas, análise dos benefícios e ganhos a curto prazo. As políticas identificadas serão colocadas sobre um contexto mais largo baseado no trabalho produzido pelo PT1, numa tentativa de posicionar a sua inovação numa Europa pós-crise.

Material 2.1: Guia metodológico e planos de trabalho. Este documento coordena e mapeia o processo de recolha de informação – avalia a sua disponibilidade, adequabilidade e a comparação entre as fontes de dados. Contém o modelo teórico para localizar os conceitos e os métodos a serem utilizados nos dezasseis relatórios urbanos, servindo também como um plano de trabalhos, definindo um cronograma e distribuindo as responsabilidades de cada parceiro.

Material 2.2: Relatórios urbanos. Estes relatórios consistem numa análise individual das dezasseis FUAs com foco nas políticas e contextos locais socioeconómicos. Permitem fornecer uma visão dos mecanismos que suportam a informação coletada anteriormente, bem como a dimensão da desigualdade neles.

Material 2.3: Políticas inovadoras contra a desigualdade no pós-crise. O inventário irá sumarizar as políticas inovadoras contra a desigualdade urbana dentro das dezasseis FUAs, focando-se no que funcionou e no que não funcionou. Adicionalmente, procura compreender as estratégias para se chegar, co-criar e receber feedback de modo começar a adensar os materiais da Agenda Política Reflexiva (Material 4.8).

Material 2.4: Relatório de síntese: desigualdades socioeconómicas em contextos urbanos diferentes. Consiste num único documento que sintetiza os materiais 2.1, 2.2

e 2.3 por forma a realçar as relações causais entre as escalas e dimensões da desigualdade, chamando à atenção para as intervenções políticas e nacionais.

Material 2.5: Folha de resultados sobre políticas inovadoras contra a desigualdade urbana. Esta folha de resultados articula os relatórios urbanos e sintetiza as suas conclusões de uma maneira concreta e acessível por forma a informar uma maior gama de pessoas. Irá estar disponível na website do projeto.

Material 2.6: Mapa de políticas e dados em múltiplas camadas. Este material visualiza as desigualdades urbanas principais (EU), agregando material com foco nos contextos nacionais das dezasseis FUAs. Combina os resultados das tarefas 1.1 e 2.1 num mapa multi-camada e, através do estabelecimento de uma rede interativa de materiais, permite aos leitores descobrir uma vasta gama de respostas políticas inovadoras para as diferentes dimensões de desigualdade nas FUAs.

Pacote de trabalho 3 (PT3) – Nível dos estudos de caso (nível micro)

Tarefa 3.1: Colocar a teoria à prática: aplicação da abordagem das capacidades. Esta tarefa desenvolve o guia metodológico para o PT3: i) Criação do plano de trabalhos; ii) Definição dos critérios para as entrevistas com base nos materiais já construídos; iii) Desenvolvimento de um guião semi-estruturado para a realização das entrevistas (em cooperação com aos grupos de jovens vulneráveis e as entidades de suporte); iv) Desenvolvimento de critérios de avaliação de políticas locais para jovens (ex. género, adequação às necessidades familiares, inclusão e participação);

Tarefa 3.2: Análise dos casos de estudo. As atividades realizadas nos oito estudos de caso terão duas dimensões principais: i) Compreender as estratégias familiares utilizadas com a ajuda de vinte entrevistas com pessoas jovens (15-29 anos) em situação de vulnerabilidade. Ainda, realizar mais outras vinte entrevistas com pessoas que, à data da crise de 2008, eram jovens (30-43 anos). O foco deste ponto é o de coletar informação relativa às características familiares, background, estratégias e atitudes em prol das respostas políticas há crise; ii) Coletar e analisar programas e políticas direcionadas para os jovens. Serão realizadas entrevistas institucionais adicionais com os decisores e implementadores das políticas;

Material 3.1: Guia metodológico e plano de trabalho. Instruções para as entrevistas e guia metodológico para a avaliação das políticas. Servirá também como um esquema para o plano de trabalhos.

Material 3.2: Relatórios dos estudos de caso. Este relatório irá resumir as conclusões principais das análises locais, conjugado com os materiais produzidos no PT2. A estrutura e linguagem deste material deverá servir a comunidade política e académica.

Material 3.3: Folha com o resumo de cada caso nos vários idiomas. Tendo em vista uma larga e vasta audiência, estes documentos resumo devem contemplar as conclusões para cada um dos locais numa linguagem acessível para a população. Tem em vista a disseminação em inglês e na língua local.

Pacote de trabalho 4 (PT4) – Nível da implementação (processo de co-criação)

Tarefa 4.1: Coordenação do processo de co-criação. Coordenação paralela do processo de co-criação em todos os níveis, nomeadamente: i) Criação de um panorama institucional para o planeamento participativo que atenda às necessidades locais. É exemplo a criação de Quadros Jovens Locais que formalizem e estruturam discussões em torno desta temática e que garantam a sua representação, assim como a integração do impacto de género dentro das políticas urbanas locais para os jovens; ii) Feedback por parte dos parceiros; iii) Gestão dos processos de co-criação e guias de desenvolvimento futuro;

Material 4.1: Planos de ação para a co-criação. Forjados em paralelo com as entidades, este documento permitirá o enquadramento das quatro FUAs, guiando-as.

Material 4.2: Planos de ação atualizados. Baseados na experiência do primeiro ano e nas lições apreendidas durante todo o processo, os planos de ação devem ser revistos.

Material 4.3: Guia de investigação-ação com base nos estudos de caso.

Material 4.4 – 4.7: Agendas Políticas Reflexivas individuais. Os quatro locais em concreto tecerão agendas políticas reflexivas baseadas em políticas de co-criação.

Material 4.8: Guia para o desenvolvimento de Agendas Políticas reflexivas. Este guia irá oferecer as condições para o desenvolvimento das agendas políticas reflexivas, incluindo três componentes: i) design do processo; ii) design do conteúdo; iii) design do feedback.

Pacote de trabalho 5 (PT5) – Nível da comunicação e disseminação online

Tarefa 5.1: Comunicação interna.

Tarefa 5.2: Comunicação digital. Publicação e disseminação de elementos relevantes nas redes sociais destinadas ao projeto.

Tarefa 5.3: Publicação de artigos científicos, currículos universitários e MOOC.

Tarefa 5.4: Alcance político.

Material 5.1 – 5.4: Os elementos produzidos no PT5 deverão acompanhar todos os estágios do projeto. O seu papel é o de i) Coordenar a comunicação externa através de atividades de disseminação; ii) Utilizar abordagens inovadoras para a disseminação, especialmente através das possibilidades publicação digital; iii) Tornar os resultados mais acessíveis para a população; Serão utilizados *dissimulation trackers* para o efeito, atendendo a determinados KPIs¹⁵ estatísticos que devem ser cumpridos, nomeadamente nas redes sociais.

Da reunião ficou bastante claro qual era o (meu) objetivo principal: Como entrar no campo com a finalidade de entrevistar 40 pessoas em situação de vulnerabilidade social? Esta pergunta, por certo simples na sua condição de existência, trazia no seu seio algumas questões que, num primeiro olhar, se sobrepunham a essa: Quem são as pessoas em situação de vulnerabilidade social? Quais as condições para se estar em situação de vulnerabilidade social? Existem critérios pré-definidos para a sua seleção? Como é que posso chegar até elas? Existirão *gatekeepers*? Qual era o meu campo de estudo? Certamente surgiram mais questões, mas recordo o retirar do diário de estágio da mala e o ato de apenas escrever as questões consideradas mais “relevantes”. Desta forma, questões como o tipo de suporte a utilizar para as notas, o contexto e quando as retirar ficaram de fora do diário, apesar de ressurgirem com frequência durante o presente relatório. Ora, tinha à minha mercê os pacotes de trabalho 3 e 5 (PT3 e PT5)¹⁶ e todas estas questões rondavam o mesmo tema: ansiedade metódica.

¹⁵ *Key Performance Indicators*.

¹⁶ Relativamente ao PT3, as minhas tarefas consistiram na entrada em campo, realização de entrevistas, redação do capítulo metodológico (disponível em anexo em Fig. I) presente no relatório de síntese do PT3 e agrupamento das políticas direcionadas para a juventude nos relatórios urbanos de cada uma das FUAs para serem, posteriormente, analisadas pela equipa. No que toca ao PT5, o trabalho consistiu na elaboração de materiais a serem difundidos pelas redes sociais, assim como na elaboração de uma cronologia que permitisse publicar e cumprir assim os *Key Performance Indicators* necessários ao pacote de trabalho. As publicações, na forma de imagem, podem ser encontradas em anexo (Fig. II).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO MÉTODO

COMO GARANTIR O ACESSO AO CAMPO

A investigação em ciências sociais, em sentido lato, corresponde a uma longa viagem sobre temas que, sendo vividos no quotidiano, são pensados e interpretados de forma diferente a partir da apropriação do conhecimento. Ao redigir uma produção científica, muitas vezes, corre-se o risco de se esquecer de todo o processo que permitiu a realização do elemento final. É, pois, como se os materiais e os recursos construídos durante o processo se dessem por adquiridos, prontos para serem analisados segundo determinadas lentes. Quase como se os dados da realidade social estivessem objetivamente disponíveis para serem separados. Ora, isso não podia estar mais longe da verdade, uma vez que os dados necessitam de ser trabalhados, não se encontrando à mercê para serem *apanhados*.

Essencialmente, o problema do fundamento do conhecimento científico coloca-se da mesma forma tanto para os fenómenos de origem social como para os fenómenos de origem natural. Em ambos os casos existem hipóteses teóricas que devem ser confrontadas com dados provenientes da observação ou até mesmo de experiências. “Toda a investigação deve, portanto, responder a alguns princípios estáveis e idênticos, ainda que vários percursos diferentes conduzam ao conhecimento científico” (Quivy; Champenhoudt; 1992) e o trabalho de campo não é exceção.

A questão – como aceder ao campo? - é uma das mais cruciais durante todo o processo de investigação. Colocando-a sobre outras palavras, questiona-se o posicionamento relativo para a coleta de dados primários num ambiente que, sendo natural e familiar aos entrevistados, é distante do cientista social. O trabalho de campo obriga, necessariamente, a ser-se *espectador e ator* da vida social da qual fazemos parte, selecionado por intermédio das circunstâncias dos quadros analíticos e instrumentos conceptuais que oferecem sentido às vivências dos outros (Martins; Mendes, 2016). É, pois, tanto uma técnica de pesquisa quando um instrumento de reflexão, que altera a relação do cientista social com o mundo que o rodeia, não se tratando apenas de “olhar por cima do olho” (Ingold, 2006) sem reflexão crítica. Para que seja possível avançar, na medida dos constrangimentos impostos pelo presente relatório de estágio, torna-se

necessário dividir essa questão em dois grandes grupos, nomeadamente o que define o *campo* e, ainda, o que garante o seu *acesso*.

Dentro das narrativas clássicas (Malinowski, 1950; Whyte, 1954; Gold, 1997) o campo (terreno) de estudo é, usualmente, definido pelos seus limites, construídos em função a um referencial analiticamente construído, impostos por fronteiras geográficas ou até mesmo por um determinado tipo de população dentro de um universo mais vasto. Este pode ser definido em função de um fenómeno ou acontecimento particular, onde “o objeto do trabalho define a si próprio, de facto, os limites da análise e o investigador não terá dificuldades a esse respeito” (Quivy; Champenhoudt; 1992). No entanto, ao fazê-lo, estar-se-ia a circunscrever o campo às incertezas do espaço geográfico, encerrando-o e ignorando os fluxos que se estabelecem entre as mais variadas unidades de pessoas, bens, redes, serviços e outros. Ora, mas, ao ser colocado sobre o outro lado do eixo, isto é, se o cientista social se fixar apenas nos fluxos, advento das teorias da modernidade tardia (Bauman, 2007), incorre por certo ao risco de ocultar o facto de que, para se viver em sociedade, também é necessário fechar algumas portas (Sarró; Lima, 2006). A boa sociologia, ou pelo menos aquela que a minha condição de aspirante a cientista social permite enunciar, encontra-se no eixo, entre a dialética constante do fechamento e da abertura dos fluxos, através da utilização de instrumentos metodológicos que, como se verá mais à frente, permitam analisar a realidade socialmente inscrita nos corpos.

Podemos entender que o campo, enquanto objeto final, não é apenas aquele onde o investigador se desloca, mas também aquele que simultaneamente construído à medida que vai sendo analisado. O campo é, pois, um terreno quer escondido pela obscuridade do meio, quer pelas inquietações teóricas. Este duplo mecanismo, onde se recolhem informações com base em procedimentos teoricamente fundamentados e, simultaneamente, se ajustam os procedimentos teóricos em função do recolhido, é uma das características fundamentais do campo. A sua permeabilidade, operando par a par com o objeto de estudo, é constantemente refutada com base nos dados obtidos.

Ainda, deve ser mencionado que não basta ter em linha de conta os dados que deverão ser recolhidos e onde, mas também os próprios limites do investigador, os prazos e os recursos de que dispõe¹⁷. Estes não devem, pois, ser entendidos *à priori* enquanto

¹⁷ Aliás, tal como afirmam Quivy e Champenhoudt, “não é de estranhar que, a maior parte das vezes, o campo de investigação se situe na sociedade onde vive o próprio investigador” (Quivy; Champenhoudt; 1992).

uma desvantagem ou um inconveniente, uma vez que irão modelar todo o processo de investigação.

De uma forma geral, a investigação de teor qualitativa exige quase sempre entrevistas (descritas mais à frente nos métodos) para se garantir o acesso ao campo. Nestes casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos a entrevistar são de extrema importância, uma vez que se relacionam diretamente com a qualidade da informação disponível para, posteriormente, se realizar a análise (Duarte, 2002). O processo de investigação que (me) forneceu a oportunidade de refletir criticamente sobre o trabalho de campo encontrava-se aliado ao projeto Uplift.Eu (no CESIS) e, como se verá mais à frente, a definição dos critérios também se revelou em volta de uma forma de ansiedade metódica.

De acordo com Duarte (2002), uma forma de ultrapassar possíveis problemas em torno da delimitação do objeto de estudo e, depois, da seleção das pessoas a entrevistar¹⁸, é a de utilizar três abordagens: i) *Abordagem genealógica*, onde o investigador procura a origem social dos termos que procura utilizar; ii) *Abordagem empírica*, que permite verificar, mediante o tipo de investigação, como é que as pessoas que procuramos entrevistar se percebem e que tipo de categorias utilizam para organizar o discurso sobre si próprias; iii) *Abordagem bibliográfica*, através da análise documental, textos especializados, documentos de imprensa, entre outros; trata-se, pois, de uma adaptação, à escala do real, das três formas de conhecer teoricamente o mundo social segundo Bourdieu (conhecimento *fenomenológico*, *objetivista* e *praxiológico*) (1994). Desta forma é possível obter-se um modelo mais concreto do *que* e *quem* se procura estudar.

Ainda, Rosália (2002), nos seus projetos de investigação, afirma que considerou pertinente “traçar um *esboço da categoria*” (Duarte, 2002), com base em informações e dados disponíveis através da condução de entrevistas semiestruturadas com *entidades/instituições* reconhecidas dentro do meio¹⁹. Em suma, baseia-se em realizar pequenas entrevistas exploratórias com as entidades/instituições onde se questiona o que é que estas consideram ser X ou Y²⁰, por forma a realizar-se um banco de dados com base em critérios objetivos. Para além dessas entrevistas iniciais, o contacto com as entidades/instituições deve ser continuamente mantido, por forma a potenciar o número

¹⁸ O número de pessoas a entrevistar será explorado no subcapítulo seguinte.

¹⁹ No caso particular de Rosália (2002), estes consistiam em cineastas brasileiros.

²⁰ No caso do nosso projeto em concreto, trata-se de questionar às associações/entidades em que consistia a situação de vulnerabilidade social com a qual lidavam diariamente.

de entrevistas com os sujeitos que delas são alvo. As entidades/instituições são, pois, uma ótima fonte de informação para os cientistas sociais²¹.

Com base nessas técnicas acima mencionadas, é possível ao cientista social formular os critérios para a seleção das pessoas a entrevistar de forma mais concreta, baseada numa primeira fase de observação da realidade social. No entanto, nesta fase deve ser feito um pequeno comentário. Apesar de se utilizarem, inicialmente, esses critérios enquanto ferramentas para tentar compreender a complexidade do mundo social, não se deve cair no erro de manter essas categorias fechadas, imutáveis durante todo o processo. Neste sentido, Bourdieu (1994) menciona que, dentro do ato epistemológico do conhecimento, as técnicas inicialmente utilizadas para compreensão dos fenómenos sociais devem, pois, ser constantemente criticadas em prol do objetivismo científico, destacando aspetos da experiência humana e do sistema de relações que, por intermédio da prática, se vão desmistificando.

Santinho (2016) afirma que, a par da sua investigação sobre integração de refugiados em Portugal dentro de um contexto institucional, (o desenvolvimento de trabalho a termo do *estatuto de voluntária* também lhe foi muito útil para que pudesse permanecer no terreno e, assim, precisar os esboços das suas categorias²², alterando-as constantemente. Apesar disso, questiona “como fazer trabalho de campo aqui, sem ser imediatamente associada à instituição, por parte dos refugiados?” (Santinho, 2016). Aqui, a sua inquietação serve, pois, para demonstrar que nenhum método, técnica ou tática são perfeitos e que devem ser continuamente (re)ajustados durante o processo, tal como menciona Bourdieu.

Durante todas as etapas de uma investigação científica vão (re)surgir sempre várias questões, quer seja nos estágios iniciais, quer seja durante o próprio trabalho de campo. Como tal, existe uma necessidade de dar conta destas questões por forma a refletir criticamente sobre os erros cometidos, as decisões necessárias, os problemas encontrados e as suas formas de mitigação. Os capítulos que se seguem surgiram da necessidade de partilhar e dar a conhecer algumas dessas mesmas decisões, que surgiram durante o desenvolvimento do projeto Uplift. Eu no CESIS, dentro de um modelo de investigação essencialmente qualitativa.

²¹ O acionamento dos contactos das entidades/instituições nunca, em instância alguma, se deve menosprezar o trabalho tomado pelas mesmas. É de extrema importância reconhecer o trabalho que, em linha da frente, é desenvolvido.

²² Em Santinho, C. (2016) *Dilemas e desafios do trabalho de campo em contextos institucionais*.

OS MÉTODOS

Os métodos aqui apresentados correspondem a duas fases distantes do meu trabalho. Numa primeira fase, os métodos abaixo descritos fazem referência aos que foram previamente selecionados pelo projeto Uplift.Eu. Estes correspondem às *entrevistas* e todo o processo para a realização das mesmas aliado às abordagens ao *curso de vida* dos entrevistados.

Numa segunda fase, posteriormente tecida, os outros métodos correspondem a metodologias por mim utilizadas para permitir a redação do presente relatório de estágio, interagindo e falando com outras pessoas que não foram entrevistadas. São eles o *trabalho etnográfico*, com foco na *observação participante* e nas *histórias de vida*²³. Em suma, esta distinção concreta entre os momentos do trabalho do projeto UpLift.Eu e os momentos do trabalho autónomo encontram-se aliadas à necessidade de se explorar novas “estratégias analíticas e metodológicas para enfrentar as atuais contingências da (i)mobilidade da investigação, bem como para iluminar elementos importantes da nossa realidade global em mutação” (Dehart, 2022). O trabalho etnográfico em campo e o trabalho de observação participante operacionalizaram-se em horários que não faziam parte do itinerário do estágio no CESIS, variando consoante a minha disponibilidade. Não obstante, foi conferida prioridade a dois momentos distintos do dia, nomeadamente das 14h-17h pm e das 19h-22h pm, por forma a permitir a observação de circunstâncias díspares, incidindo principalmente sobre o período de Dezembro de 2021 até Junho de 2022. Na sua totalidade, foram realizadas cerca de 73 incursões ao terreno²⁴ em momentos externos ao projeto, com 51 conversas informais *in situ* registadas em diário de campo. O tratamento de dados pessoais recolhidos cumpriu o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais – regulamento nº2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

²³ As *histórias de vida*, por mim utilizadas, diferencia-se da *abordagem do curso de vida* (na forma de entrevistas) planeada pelo projeto. Enquanto, no caso da abordagem utilizada pelo projeto, o objetivo era o de conhecer as relações causais entre fenómenos, utilizando guiões semiestruturados com pontos chave, no caso das histórias de vida por mim aplicadas o objetivo era o de reter o envolvimento de pessoas chave para com a temática principal do relatório de estágio, isto é, a necessidade de se falar com pessoas para fazer políticas para as pessoas (confirmado posteriormente nas conversas com os informantes).

²⁴ Chegando, inclusive, a existir incursões que não chegaram a integrar no meu diário de campo dada a ausência de informações relevantes.

Na sua totalidade, tratam-se de métodos que permitem o estudo da realidade social através de variações não numéricas, usando dados provenientes da observação de indicadores primários de natureza qualitativa (ex. comportamentos verbais e/ou gestuais, discursos, representações visuais, etc), privilegiando a sua riqueza e diversidade. O uso de dados qualitativos (ou qualificados) tem por objetivo a descrição de comportamentos, representações, significados, valores de um determinado tipo de população ou amostra por intermédio de discursos e, ainda, descobrir e validar com argumentos as relações de sentido entre as mais variadas representações e comportamentos.

AS ENTREVISTAS

Seguido das formas de *abordar o campo* de estudo, as entrevistas são uma das produções fundamentais à elaboração de projetos de investigação desta natureza. Corretamente realizadas, as entrevistas permitem que os investigadores retirem informações e propostas de reflexão com grandes quantidades de dados. Por essa razão, a escolha da realização de entrevistas como instrumento metodológico não pode ser realizado sem o corpo teórico que mobiliza o projeto de investigação.

A utilização da entrevista parte do pressuposto de que o cientista social procura obter um determinado tipo de dados. Ora, será assim escusado dizer que não se devem realizar entrevistas quando nada se procura ou quando se procuram dados cujo acesso não necessita de entrevistas (ex. estatísticas da pobreza). Por essa razão, o primeiro estágio para a utilização de entrevistas é, de facto, verificar se existe a necessidade de obter informações que não se poderiam obter de outro modo. Depois de verificado esse pressuposto, torna-se então necessário que se exista a ideia do tipo de contributo que as entrevistas podem oferecer para a coleta específica desses dados.

Os contributos das entrevistas diferenciam-se não apenas em função do objeto, mas também do grau de liberdade que é concedido ao entrevistado. As entrevistas podem, pois, ser colocadas sobre um *continuum* onde, “num dos polos, o entrevistador favorece a expressão mais livre do seu interlocutor, intervindo o menos possível; no outro, é o entrevistador quem estrutura a entrevista a partir de um objeto de estudo estritamente definido” (Ruquoy, 1997). As questões de partida, bem como as informações que se julgam necessárias para fornecer respostas, irão, pois, determinar o tipo de entrevista mais

adequado para ser utilizado (Alsaawi, 2014). Dentro da totalidade do espectro, as entrevistas podem ser:

- i) *Estruturadas* (ou *diretiva*) – Trata-se de um tipo de entrevista pré-planeada onde o grau de liberdade do entrevistado é bastante limitado, recorrendo muitas vezes a questionários com questões padronizadas. Este formato é comumente utilizado quando se procura manter a entrevista focada em temas em específico (Bryman, 2008) ou quando o entrevistador conhece exatamente o tipo de informação que procura obter (Dörnyei, 2007). Como resultado, a variação entre as respostas obtidas é limitada devido ao formato usado.
- ii) *Não estruturadas* (ou *não diretiva*) – Corresponde ao oposto da anterior. Ao existir um elevado grau de liberdade, o entrevistado pode elaborar a(s) sua(s) resposta(s) nos seus próprios termos. É semelhante a uma conversa, onde o entrevistador pode apenas realizar uma pergunta e o entrevistado tem a escolha em relação à forma como responde (Bryman, 2008). Assim, as interrupções por parte dos entrevistadores são reduzidas ao mínimo, proporcionando assim um ambiente mais descontraído para os entrevistados. Apesar de, no final da entrevista, o entrevistador ficar com uma enorme quantidade de dados, este tipo de entrevistas é útil quando se procura conhecer um fenómeno específico em profundidade (Alsaawi, 2014).
- iii) *Semi-estruturadas* (ou *semi-estruturada*) – É a posição intermédia das duas outras já mencionadas, sendo muito utilizada por parte das ciências sociais. As perguntas, muitas vezes previamente elaboradas sobre a forma de guião, oferecerem a oportunidade de os entrevistados elaborarem o seu pensamento sobre questões de teor mais específico. É muito útil para os investigadores que têm uma visão geral dos temas que procurem estudar, permitindo colocar questões que não prejudiquem a profundidade das respostas (Bryman, 2008).

A seleção das pessoas a entrevistar também é alvo de reflexão dentro dos documentos metodológicos da análise quantitativa. Muitos deles, inclusive, interrogam-se do número de participantes necessário para a realização das entrevistas. Dentro deste cenário, interroga-se um número limitado de atores sociais, uma vez que a representatividade, em termos estatísticos, não pode ser invocada. Assim, o critério que define o número de pessoas a entrevistar corresponde, numa primeira instância, à adequação dos próprios objetivos do estudo. Segundo Seidman (2012), após a adequação dos objetivos, existem

dois critérios que devem ser cumpridos, nomeadamente a i) *suficiência* dos dados sentida pelo entrevistador e a ii) *saturação*, isto é, quando o entrevistador ouve as mesmas informações por parte de informantes diferentes sem nada de novo acrescentar. Estes critérios são mais precisos do que pré-determinar um número de entrevistas previamente (Alsaawi, 2014). Ambos estes fatores irão influenciar o tamanho da amostra (Guest et al., 2006).

Antes de dar início às entrevistas, o cientista social deve estar preparado, quer a nível do mundo material, através da preparação de um pequeno gravador (ou camara digital), documento de consentimento informado²⁵, guião de entrevista²⁶, papel e caneta, quer a nível do mundo mental, preparando-se para ouvir histórias que desconhece. Para a maioria dos casos, torna-se fundamental gravar as entrevistas, dadas as grandes quantidades de informações disponibilizadas pelo entrevistado, não sendo muitas vezes possível anotar tudo. No entanto, para tal, os entrevistados devem aceitar ser gravados. Isso deve, pois, estar contemplado no documento do consentimento informado. Outra forma muito útil de reter informação após o término da entrevista, é o de realizar pequenas fichas de entrevistas individuais²⁷, enquanto o investigador se consegue lembrar de detalhes que acabaram de acontecer, não necessariamente mencionados pelo entrevistado (gestos, ações, etc).

Deve ainda ser mencionado que, antes de se dar início às questões presentes no guião de entrevista, o investigador deve descrever brevemente as razões que o levaram a realizar o estudo e os objetivos do mesmo, reconfortando o entrevistado de que a sua participação será de elevada importância e, assim, tecer um ambiente descontraído e relaxado. Apenas

²⁵ O consentimento informado corresponde a um documento que contempla as informações relativas ao projeto, contactos, direitos e deveres durante a realização de entrevista. Para que seja possível avançar com a entrevista, o entrevistado deve assinar o documento, concordando com as condições nele presentes. No caso do projeto Uplift.Eu em concreto, os consentimentos informados foram redigidos pelo CESIS e, depois, utilizados por mim no cenário das entrevistas. Corresponderam, pois, a dois documentos ajustados em função da idade - 15-29 anos e 30-43 anos – sendo necessário, no caso dos primeiros, a assinatura dos responsáveis pelos menores de idade.

²⁶ Os guiões de entrevista foram previamente disponibilizados por parte da equipa coordenadora do projeto Uplift.Eu. No entanto, foi necessário identificar os seus pontos francos e adaptá-los à realidade portuguesa. Essa tarefa foi realizada por mim, em conjunto com a Dra. Ana, antes da realização das entrevistas. Resultaram assim dois guiões de entrevista, um para cada grupo etário. ime

²⁷ Estas pequenas fichas, embora de carácter ilustrativo da situação descrita pelo entrevistado, foram por mim introduzidas no projeto Uplift.Eu. O projeto não contemplava a realização das mesmas, podendo ser encontradas anexadas ao presente relatório de estágio. Estas revelaram-se ser de extrema importância aquando necessário construir uma grelha de análise comum das dimensões principais abordadas em entrevista, assim como para a elaboração dos resumos de cada uma delas. A utilização de resumos da entrevista, por oposição às transcrições integrais, permitiram economizar tempo e realizar uma análise rica em informação.

desta forma as entrevistas podem *fluir* e ser *ricas em detalhes* (Dörnyei, 2007). Durante a realização das mesmas, o entrevistador deve minimizar as suas interrupções, apenas direcionando o entrevistado quando este se distância da pergunta. No entanto, perante uma resposta incompleta ou obscura, o papel do entrevistador é o de encorajar o sujeito a precisar o seu pensamento. Segundo Ghiglione e Matalon (1978), são possíveis os seguintes procedimentos para as intervenções: i) Expressões breves (encorajamento do discurso com expressões que sublinhem a compreensão); ii) Pedidos neutros de informação complementar (solicitação de explicação adicional quando o entrevistador sente que o entrevistado não expressou a totalidade do seu pensamento); iii) Manifestações de incompreensão voluntária (servem para continuar a desenvolver um determinado assunto); iv) Técnica do espelho (consiste em repetir palavras que acabaram de ser mencionadas pelo entrevistado com o objetivo de se exprimir atenção ao que foi dito); v) Técnica do reflexo (utilização de atitudes subjacentes às respostas fornecidas pelo entrevistado, explorando os sentimentos do entrevistado); Com tudo, não nos devemos esquecer que as perguntas não podem ser oferecidas de forma ameaçadora e não devem conter sugestões de resposta para o entrevistado se guiar (Robson, 2011).

Segundo Robson (2011), as entrevistas devem então ser divididas em cinco fases distintas, mediante o estágio da informação recolhida: i) *Introdução*, onde o cientista social se apresenta e descreve os objetivos da entrevista; ii) *Aquecimento*, isto é, começar com perguntar gerais, abertas e que permitam que o entrevistado se sinta confortável antes de dar início a questões mais específicas; iii) *Corpo principal*, onde o entrevistador se deve focar no tema que se encontra a estudar; iv) *cool-off*, já perto do término da entrevista, onde são colocadas questões que permitam encerrar o tema; v) *encerramento*, o final da entrevista, onde se deve agradecer a valiosa contribuição do entrevistado e questionar se existe algo mais que deve ser adicionado.

PERSPETIVA DOS PARTICIPANTES E A SUA DIVERSIDADE EM CONTEXTO DE ENTREVISTA

O presente subcapítulo tem como finalidade dar a conhecer uma realidade que, não a procurando resolver, deve ser alvo de escrutínio. Este é o caso da relação estabelecida entre o *entrevistador* e o *entrevistado*, do qual resulta uma maior/menor quantidade de informação. Ao utilizarem-se as entrevistas, seria de esperar que os sujeitos respondessem sem o auxílio de qualquer tipo de quadro ou resposta pré-fabricada. No

entanto, ao analisar mais de perto da relação que se estabelece no momento, é possível constatar que, mesmo não sendo possível identificar um padrão comum de respostas, os entrevistados são influenciados pelo contexto das entrevistas. Assim, os dados adquiridos por intermédio de entrevistas não são, como comumente se poderia adensar, *naturais*. Eles são, antes, *construídos* sobre a alçada de um referencial comum, no sentido em que as afirmações realizadas pelos entrevistados não podem ser consideradas idênticas às que diriam na vida fora da entrevista. Ora, as entrevistas realizam-se dentro de um determinado contexto, projeto ou causa, que induz efeitos nos entrevistados, influenciando-os²⁸, e, como tal, esse fator não deve ser ignorado.

Considera-se que a qualidade dos dados será menor quando existe uma relação de poder ou até mesmo de estatuto hierárquico subjacente à realização da entrevista (Kaufmann, 1996; Bertaux, 1997). Isso pode acontecer quando existem diferenças muito acentuadas em termos de pertença a uma determinada classe, a um grupo, a uma instituição, levando a que o entrevistado não revele os seus pensamentos. Aliás, Meason (1985) (*apud* Moreira 1994) indica que o entrevistador “é exigido que interactue com a pessoa que está a ser entrevistada e que entre no mundo dessa pessoa e na sua perspectiva”. Isto quer dizer que “sempre que alguém “se conta”, conta-se a alguém em concreto e numa determinada circunstância” (Lalanda, 1998).. Assim, segundo Ruquoy (1997), “é possível afirmar que as respostas diferem consoante a proximidade ou o afastamento do interlocutor, mas não pode deduzir-se que sejam mais “verdadeiras” num caso do que noutro”. O cientista social não deve esquecer que “encarar a situação de entrevista como uma relação interpessoal não significa ignorar a já longa reflexão

²⁸ Em baixo segue o exemplo de uma situação que permite ilustrar um cenário em concreto onde o entrevistado foi, certamente, influenciado pelo contexto da entrevista. O entrevistado chega ao local da entrevista. Uma pequena sala num espaço adjacente a uma das associações que, tendo ao nosso pedido, é conhecida por parte do entrevistado desde que ele era criança. Ao entrar, o entrevistado consegue observar uma mesa envolvida sobre duas cadeiras no meio da sala vazia, mesmo por baixo de uma luz branca. Em cima da mesa encontravam-se os documentos com os consentimentos informados (dois por pessoa), um caderno, canetas, o guião e o gravador de áudio. Como se todos esses fatores não fossem intimidantes o suficiente, durante o início da entrevista era requerido que se indicassem os seus objetivos e propósitos, bem como indicar que o projeto contava com o apoio formal da C.M.A. Ora, ao invocar de um poder institucional, o qual muitas vezes detém um papel de intimidação para com as pessoas jovens que procuramos entrevistar devido à sua experiência de vida (ex. ficaram sem casa, foram realojados, não detém recursos, etc), o entrevistado sentiu-se na ausência de poder, resultando assim em respostas vagas e diretas ao que era perguntado. Foi necessário indicar, em múltiplas ocasiões, que, embora contasse com esse apoio formal e que o entrevistado tivesse aceitado que a entrevista fosse gravada, as informações não seriam utilizadas para outras finalidades e que, por isso, ele podia ser completamente aberto. Ainda assim, questões que roçassem temas diretamente relacionados com práticas ilícitas raramente foram respondidas. É por esta, e por outras razões, que o projeto (PT3) indicava que deviam ser investigadores jovens a realizar as entrevistas.

metodológica que incide sobre o problema das múltiplas influências do investigador” (Santos, 2014).

Torna-se, então, importante prestar atenção às diferenças de idade, classe, sexo, entre outros, uma vez que o impacto pode ser considerado importante quando as questões da entrevista estão ligadas às diferenças ou, ainda, quando o que está em jogo para o entrevistado é elevado. Da minha experiência na realização de entrevistas, fica também a impressão de que existe uma dificuldade acrescida ao sexo masculino, quando comparado com o sexo feminino, em dialogar sobre temas que orbitem elos de fragilidade ou da vida privada, especialmente quando se tratam de atores sociais com nível de escolarização mais baixos²⁹. O sexo do entrevistador é susceptível de influenciar as respostas dos sujeitos³⁰.

O processo da entrevista traduz uma rutura relativamente aos hábitos de comunicação dos sujeitos. Uma vez que “a comunicação [é] muitas vezes ritualizada e, em grande parte, feita de subentendidos, como acontece entre pessoas que se conhecem bem e que têm tantas coisas em comum que não precisam de se esforçar para se compreenderem” (Bourdieu et al., 1968, pp.262), podemos verificar que quanta maior for a distância, mais terá o sujeito de se esforçar. Esta dificuldade na expressão será menor caso o entrevistador conheça ou tenha presente os esquemas mentais de representação dos sujeitos, conseguindo-o pela familiaridade ao objeto de estudo, e não derivado unicamente da sua posição. É por essa razão que o papel do entrevistador deve ser lúcido, gerindo as distâncias relativamente às suas próprias percepções a bem de obter um sistema de relações que não é o seu. Para isso, é necessário “por um lado, uma disponibilidade total para com a pessoa interrogada, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar a sua linguagem, a penetrar as suas perspetivas, sentimentos, pensamentos, uma submissão absoluta à singularidade do seu caso em particular e do outro, uma interrogação metódica forte do conhecimento das condições objetivas comuns a toda uma categoria e atenta aos efeitos da relação [da entrevista]” (Bourdieu, 1991, pp. 3).

²⁹ Verifica-se a existência de discursos mais curtos, apesar de não menos significativos. Esta diferença, por certo ligada a um repositório discursivo, maior ou menor, do meio social, permite identificar jogos de ocultação (Oakley, 1986).

³⁰ Um caso particularmente interessante tomou lugar durante uma entrevista onde o entrevistado (homem) afirmou apenas aceitar o nosso pedido de entrevista porque lhe tinha sido comunicado por intermédio de uma amiga (mulher), não tendo tido “coragem” de lhe oferecer uma resposta negativa.

Como forma de colmatar estas dificuldades que surgem no decorrer das entrevistas (os elementos do domínio da observação encontram-se nas margens do texto), foi necessário recorrer a outros métodos que, numa tentativa de reduzir a diferença e de aumentar a proximidade entre o cientista social e os sujeitos que se procuram conhecer, conferissem prioridade ao meio e ao contexto da génese das práticas sociais. Foi, pois, necessária uma *triangulação* dos métodos. Como tal, segue-se a explicação do trabalho etnográfico, com uso da observação participante, e das histórias de vida.

TRABALHO ETNOGRÁFICO E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE³¹

George J. Mccall (2006) menciona que todo o tipo de trabalho de campo onde os investigadores em campo necessitam de i) retratar os universos simbólicos para compreender o pensamento e ações dos sujeitos que lá vivem; ii) retratar o universo simbólico implica aprender a linguagem focal e os modos de vida correspondentes da comunidade em questão; iii) refletir sobre si mesmos e sobre os outros de modo a que o observador se torne um participante a ser observado; iv) utilizar a expressão *campo* com um significado adicional devido ao facto de ser um território desconhecido; quer dizer que estamos perante as condições necessárias para o chamarmos de *trabalho etnográfico*.

A etnografia pode ser definida como “o estudo descritivo de uma cultura de uma comunidade, ou de algum dos seus aspetos fundamentais, na perspetiva da compreensão global do mesmo” (Baztán, 1995). É, pois, a “arte e a ciência de descobrir um grupo humano: as suas instituições, comportamentos interpessoais, produções materiais e crenças” (Angrosino, 2012) e por isso os investigadores preocupam-se com a vida quotidiana das pessoas que procuram conhecer através da recolha de dados. A etnografia tem vindo a ser utilizada por sociólogos desde o século dezanove, possibilitando a coleta de dados qualitativos válidos e de relativa confiança através do contacto direto com os sujeitos que procuramos conhecer. Este método pode, depois, ser dividido em dois, nomeadamente a i) *etnografia meramente descritiva*, onde os destinatários correspondem aos da cultura do etnógrafo (quase sempre a academia); e a ii) *etnografia ativa*, a qual procura devolver à comunidade, quer esta a aceite ou não, as questões identificadas tendo em vista a resolução de problemas; (Baztán, 1995).

³¹ As descrições e resultados são posteriormente apresentados.

Apesar de existirem várias posições que podem ser adotadas, é possível, pois, destacar algumas características importantes que as ligam. Em primeiro lugar, a procura de padrões e tendências é realizada a partir de observações cuidadosas do comportamento dos atores sociais e da realização de entrevistas detalhadas com as pessoas em questão. Assim, quando se fala em *cultura*, *comunidade* ou até mesmo de *sociedade* cabe lembrar que esses termos correspondem a abstrações generalizadas que se baseiam em largos conjuntos de dados que, agrupados de uma determinada maneira, que fazem sentido ao etnógrafo. É por isso que o cientista social deve prestar muita atenção ao processo de investigação em campo (Angrosino, 2012), nomeadamente a como ganhar acesso ao terreno, como criar uma relação com as pessoas que se procuram estudar e ainda como se tornar um membro participante desse mesmo grupo. Em segundo, a etnografia é um método que pode ser personalizado, uma vez que, ao se estar diariamente com os sujeitos que são objeto de estudo, o etnógrafo passa a ser participante e observador direto, requerendo um comprometimento a longo prazo. Por fim, pode-se afirmar que é multifatorial, sendo necessário recorrer a diversas técnicas de coleta de dados que permitam levantar padrões generalizados assentes em teorias explicativas por forma a produzir uma produção integral, isto é, o mais completo possível.

Os investigadores de campo são, pois, informados que não devem levar uma grande quantidade de noções teóricas, também chamados de preconceitos, para o campo (Glaser; Strauss; 1967; Schatzman; Strauss; 1973; Glaser, 1978; Hammerley; Atkinson; 1983; LeCompte; Preissle; 1993). Isso faz todo o sentido quando consideramos que se deve manter uma flexibilidade no pensamento e na ação, mantendo a mente aberta, realizando registos de forma cuidada (Geertz, 1973, 1983), sendo possível encontrar registos destes princípios em alguns dos autores mais influentes nas ciências sociais tais como Malinowski (1914-18/1967), Goffman (1959, 1961) ou até mesmo Whyte (1955).

Independentemente do tipo de etnografia realizado, os passos de trabalho de campo compreendem:

- *Demarcação territorial* – Alude ao passo que permite a eleição de uma comunidade em específico, delimitando-a e observando-a; Redação de um projeto definido através do objeto, lugar e do tempo que se procura estudar;
- *Preparação e documentação* – Preparação de leitura bibliográfica e de arquivos; Busca de fontes orais de informação; Preparação física e mental do etnógrafo;

- *Investigação* – Chegada ao campo; Informantes; Registo de dados; Observação participante;
- *Conclusão* – Elaboração da rutura do ato epistemológico; Saída do campo;

(Adaptado de: Baztán, 1995)

O processo etnográfico acima descrito, onde é possível distinguir quatro momentos distintos da investigação, deve ser aplicado de igual forma, quer se trate de uma comunidade piscatória no meio do mediterrâneo, quer se trate de uma empresa no meio da cidade. Tradicionalmente, a etnografia era realizada em pequenas comunidades isoladas, permitindo um contacto direto com as diferentes formas culturais aí presentes, no entanto, a etnografia dos dias de hoje começa cada vez mais a ser predominantemente urbana, fazendo com que os manuais não se refiram apenas a grupos de dimensão reduzida, mas também a fábricas, bairros entre outros.

Tal como os passos atrás permitem ilustrar, no centro esférico do trabalho etnográfico encontra-se a *observação participante*. De facto, a capacidade humana de observar o mundo que nos rodeia permite formar os alicerces da nossa capacidade de lhe dotar sentido. Grande parte do que sabemos advém por intermédio da observação. Ora, mas dentro do cenário das ciências sociais o processo observacional é consideravelmente mais sistemático e formal do que aquele que permite caracterizar a vida quotidiana. A observação participante corresponde, então, “o ato de observar um fenómeno, muitas vezes através de instrumentos, e registá-lo para fins científicos” (Angrosino, 2012). Alguns poderão, por certo, entender a observação participante num sentido mais *restrito*, como sendo um método distinto de coleta de informação por intermédio de dados qualitativos no qual o cientista social participa nas atividades diárias, rituais, interações e eventos de um grupo de pessoas com o objetivo de compreender, implícita e explicitamente, os aspetos da sua rotina (DeWalt; DeWalt, 2002). Dentro deste tipo de visão, a observação é complementada por um conjunto de outros métodos, tais como as entrevistas ou a análise documental. Outros investigadores (McCall; Simmons; 1969; McCall; 2006), por sua vez, utilizam a observação num sentido mais *amplo*, onde a mesma faz parte integrante de um conjunto de métodos mistos (qualitativo e quantitativo). Independentemente de uma aceção mais restrita ou mais ampla, a observação participante engloba:

- “Viver no contexto por um período extenso;

- Compreender e usar a linguagem e dialeto local;
- Participar ativamente numa vasta gama de atividades diárias com pessoas que participam nesses contextos;
- Utilizar a conversa quotidiana como uma técnica de entrevista;
- Observação informal durante atividade de lazer;
- Registo das observações num diário de campo (geralmente cronologicamente organizado);
- Utilizar táticas e informações explícitas na análise e escrita;

(DeWalt; DeWalt, 2002, citado em Mccall; 2006).

Trata-se de um “processo de aprendizagem por meio da exposição às atividades quotidianas ou rotineiras dos participantes no cenário de pesquisa ou a participação nelas” (Schensul; Cols; 1999, pp. 91). No entanto, alguns autores (Bernard; 1988; Angrosino, 2012) mencionam que não devíamos considerar a observação participante enquanto um método de pesquisa, mas antes de uma estratégia que permite facilitar a coleta de dados específicos sobre um campo também ele específico. Assim, a expressão observação participante é uma combinação dos papéis adotados pelo investigador, quando este se encontra em campo a participar de alguma forma, com a técnica de coleta de dados observacionais. A premissa desta noção encontra-se no facto de que os investigadores podem utilizar outras técnicas para coletar informações relativas ao que procuram estudar (arquivos, entrevistas, etc) mas que, enquanto o fazem, continuam a realizar a observação, não a podendo desligar e dissociar do seu papel.

Um outro fator que deve, também, ser contemplado é a *validação* da informação obtida. Quer seja através da observação ou de conversas, o cientista social deve estar continuamente a validar as informações dentro do terreno. Existem, de facto, informantes que até podem ser bastante comunicativos, facilitando assim o nosso trabalho, mas essa não costuma ser a regra geral. Nem todos os informantes têm a disponibilidade ou capacidade para oferecer descrições detalhadas e coerentes. Para apreender o que esses sujeitos conhecem, o investigador tem de questionar o que ele ou ela sabem com base no seu conhecimento. Como consequência dessa tentativa de conformação por parte do investigador, as respostas podem ser algo como: sim, era isso que eu queria dizer; ou; Não, isso não é assim, é antes desta ou daquela forma; normalmente seguidas de uma explicação mais detalhada do que a inicialmente oferecida. Depois, o investigador deve

continuar a verificar a sua informação com os seus informantes até que ele/ela estabeleçam que existe um consenso em torno das suas temáticas. Através de procedimentos de validação e de autocorreção, o investigador encontra-se continuamente a tentar compreender as realidades empíricas dos informantes através do que estes conhecem e vivem dentro do seu mundo social, da forma mais fiel possível, através de termos locais e expressões naturais (Gold, 1997).

HISTÓRIAS DE VIDA

A primeira vez que se fez uso da metodologia das *histórias de vida* dentro das ciências sociais foi em 1918, com os sociólogos W. Thomas e F. Znaniecki, no livro “The Polish peasant in Europe and America”, onde tinham como tema principal o processo de (re)organização dos cidadãos polacos quando se tentavam integrar dentro da cultura americana. Para tal, desenvolveram um vasto processo de recolha de relatos das histórias de vida, análise de documentos da época e, ainda, recolha de cartas, que lhes permitiu compreender os imigrantes polacos a partir dos significados subjetivos que eles próprios dotavam as suas ações. Este estudo permitiu a abertura para o entendimento das histórias de vida como uma metodologia válida, abrindo caminho para a *escola de Chicago*. Sobre a tutela de Robert Park e Edward Burgess, a escola de Chicago estava comprometida não apenas a compreender o carácter mais vasto da condição urbana, através do uso de métodos mais tradicionais como os questionários e a informação quantitativa demográfica, mas também para estudar determinadas subculturas urbanas através de um trabalho etnográfico extenso e da composição da vida (biográfica) dos indivíduos que faziam parte do cenário urbano (Harrison, 2008).

Howard Becker, por sua vez, descreveu esta abordagem enquanto parte do *mosaico científico*³², uma metáfora que permitia ilustrar como várias pequenas narrativas se podiam combinar para formar padrões dentro da vida urbana. Aliás, este tipo de abordagem ficou particularmente associado ao surgimento teórico da corrente do *interacionismo simbólico* dentro da sociologia³³. Segundo Harrison (2008), no período pós-guerra³⁴ houve ainda outros desenvolvimentos em torno da ideia de que as vidas dos

³² Relativamente ao estudo “the jack roller” de Shaw (1931).

³³ Ver, por exemplo, os estudos de Herbert Blumer.

³⁴ Cabe notar que, de forma semelhante, o presente relatório procura equacionar um período pós-crise, acrescentando assim relevância ao método para o estudo das vulnerabilidades sociais.

sujeitos constituíam um aspeto importante do trabalho do sociólogo. É o caso do famoso trabalho de C. Wright (1959) intitulado de “a imaginação sociológica”, onde o autor menciona que os cientistas sociais deviam ter uma atenção acrescida às histórias biográficas, uma vez que a chave para a compreensão da humanidade deve ser histórica e socialmente localizada. Deter uma *imaginação sociológica* significa relacionar a história com a biografia dos sujeitos:

“We have come to see that the biographies of men and women, the kinds of individuals they variously become, cannot be understood without reference to the historical structures in which the milieux of their everyday life are organised”
(Wright, 1959, p.175)

Ficou então estipulado que o acesso a determinados tipos de fenómenos sociais apenas podia ser garantido quando o investigador deles faz parte, participando ativamente enquanto agente no mundo que procura estudar, tal como demonstrado pelos trabalhos de Oscar Lewis (1961), Tony Parker (1962, 1965) e Studs Terkel (1970, 1974) que se seguiram nos anos 60 e 70 (pós-guerra). Já nos anos 80 verifica-se uma ligeira modificação, devido maioritariamente à progressiva adesão há história oral, desenvolvimento da segunda onda dos estudos feministas, dificuldades políticas associadas ao racismo, opressão e discriminação (EUA) e ao projeto de Observação-Massiva de Tom Harrison (UK) (Harrison, 2008) e as histórias de vida ganharam uma relevância associada a uma visão mais humanista da realidade social. Apesar de diferentes modalidades das histórias de vida tenham alcançado diferentes marcos ao longo do seu desenvolvimento, a época subsequente viu um grande crescimento no seu uso (sendo, inclusive, associada uma alteração de paradigma da *mudança biográfica*).

Mais recentemente, os estudos em torno das histórias de vida tendem a contemplar duas vertentes principais – autobiografia e a biografia -, correspondendo à vida produzida pelo próprio narrador e a vida de outra pessoa respetivamente. Ainda aqui, podem ser considerados os momentos reais dos acontecimentos ou as lembranças do mesmo. O conhecimento é, então, construído a partir das interpretações dos atores sociais e apenas dentro desse contexto terá sentido, uma vez que é sobre esse cenário que a realidade é percecionada. Torna-se, pois, necessário “preservar a integridade do mundo social para o poder estudar, e levar em conta o ponto de vista dos agentes sociais, pois é através do sentido que atribuem a objetos, indivíduos e símbolos que os rodeiam, que eles fabricam

o seu mundo social” (Coulon, 1995). Assim, torna-se possível ter acesso a informações privilegiadas dos atores sociais que nos encontramos a estudar, à estrutura que lhe transforma e que por ele é transformada, através de uma perspectiva de *dentro*, das práticas diárias e da sua maneira de negociar o meio social.

O objetivo principal das histórias de vida é o de ter acesso a um tipo de informação que ultrapassa o seu narrador (Gaulejac, 2005). Ainda, as histórias de vida permitem que os seus portadores pensem no seu trajeto, nas suas facetas, e tenham uma nova oportunidade de (re)significar a sua experiência através de uma abordagem crítica. Para tal, parte-se do pressuposto de que o investigador detém um papel participativo, estabelecendo uma cumplicidade para com a pessoa que se encontra a ouvir que será tanto melhor quanto mais próximo estiver do local de origem da experiência³⁵.

UMA (RE)ENTRADA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A ansiedade metódica mencionada anteriormente não deve, de modo algum, ser negligenciada. Ora, se por um lado essa ansiedade pode ser nefasta ao processo de realização de investigação no seio das ciências sociais, por outro torna-se necessária, por forma a que o cientista não caia numa tentação de ilusão ao profetismo. Ao tentar compreender a realidade social, certamente dentro dos moldes propostos pelo estágio, torna-se necessária alguma ansiedade³⁶.

³⁵ Um caso interessante foi o que (me) aconteceu durante uma das incursões ao terreno. Durante um dos períodos em que tentava procurar contactos para realizar entrevistas com pessoas em situação de vulnerabilidade social, deparei-me com uma pessoa que me indicou o contacto de um senhor que detinha um café no bairro. Desloquei-me até lá e, ao estacionar o carro, reparo que em volta do café se encontram cerca de 20 pessoas, maioritariamente negros e do sexo masculino. Três deles possuíam cães com correntes metálicas, todos eles da mesma raça, a qual identifiquei mais tarde como sendo *pitbull*. Vim, depois, a descobrir que a utilização dessa mesma raça é uma tática específica ao bairro por forma a intimidar as pessoas que, não sendo do bairro (*outsiders*), por lá passam. Não obstante a minha (inicial) desconfiança, saí do carro e desloquei-me até ao café. Perguntei pelo senhor, cujo nome tinha anotado num papel após a nossa conversa telefónica, e ele rapidamente se mostrou interessado pelo facto de eu estar presente no seu estabelecimento. Apesar de alguma dificuldade na compreensão de que a sociologia não se tratava de jornalismo (devido ao uso do termo *entrevista*), o senhor levou-me a passear pelo bairro e introduziu-me a algumas pessoas chave, tendo eu tido a oportunidade, fora das entrevistas programadas pelo projeto Uplift.Eu, de realizar questões, tirar notas e de conhecer a história de vida de algumas pessoas do bairro.

³⁶ A ansiedade metódica não deve, pois, ser negligenciada pois oferece a possibilidade de ser colmatada através da *segurança metodológica*, por certo aliada ao ambiente científico e conhecimentos especializados do CESIS.

Aqui, segue-se uma história que tomou lugar fora do tempo semanal atribuído para o desenvolvimento das minhas atividades. Um dia, cuja data infelizmente não tive oportunidade de fixar, encontrava-me a debater com um amigo, também ele ligado às ciências sociais dentro da área da antropologia, algumas das questões que tornavam a ressurgir dentro da temática da (re)entrada nas ciências sociais, nomeadamente dentro do processo de coleta de dados provenientes de entrevistas. Recordo que era um sábado, de noite. Encontrava-me sentado num bar no Bairro Alto (cujo nome será, por razões de privacidade, omitido) a conversar sobre a minha primeira entrevista. Eu tento, mas há coisas que me vão escapando, afirmo. É o caso dos locais onde a pessoa trabalhou ou até mesmo dos locais onde a entrevistada já viveu, conto ao meu amigo antropólogo. Neste caso, em particular, referia-me ao facto de ser necessário recordar alguns dos locais de trabalho e residência dos sujeitos entrevistados por forma a dar continuidade às questões que seguiam no guião de entrevista. A pessoa de hoje mencionou cerca de 10 locais de trabalho, como é suposto decorar todos eles, escrever, gravar a voz e seguir com um diálogo adequado quando tudo acontece em simultâneo, questionei. O meu amigo, através de um gesto lento e um tanto dramático, para de beber a sua bebida e olha fixamente para mim. Após pousar do copo, pergunta-me: “Tu fumas?” Enquanto sociólogo não cheguei a compreender essa questão até uns meses mais tarde.

O episódio atrás permite realizar uma uma reflexão crucial a qualquer cientista social. Aliás, por certo que a sua questão teve por base os ensinamentos da Mary Douglas, discípula de Evans-Pritchard (1976), ao deparar-se com um contexto onde não conseguia aceder a informação da população que procurava estudar. Ao colocar sobre mim as lentes de sociólogo, verifiquei que o simples ato de fumar (ou, neste caso, de exercer um ato de partilha para com o entrevistado) pode desencadear um conjunto de respostas positivas por parte dos atores sociais que se procuram estudar. Ao ultrapassar os constrangimentos formais da realização de entrevistas e depois de se estabelecer uma relação de confiança para com o nosso entrevistado, o entrevistador tem a oportunidade escassa de aceder a informação privilegiada. Infelizmente não foi o meu caso, mas considero uma boa experiência para dar conta de algumas das formas de “ultrapassar” dificuldades impostas pelo meio.

Uma segunda dificuldade tomou lugar logo após o primeiro dia, descrito acima. Consistia na necessidade, por parte da equipa de sociólogos, de delimitar o nosso objeto de estudo. Quem são as pessoas em situação de vulnerabilidade social, questionei. Quais as suas características, adiciona um outro membro da equipa. Ora, uma caracterização de

teor genérico estava a revelar-se ser um problema, uma vez que a dificuldade derivava, essencialmente, do facto de se ter de contar com a definição realizada pelos nossos gatekeepers e não pela nossa equipa de cientistas sociais.

Uma terceira dificuldade tomou lugar depois do meu primeiríssimo contacto com uma das pessoas que me iria facultar os contactos das pessoas a entrevistar, como será possível verificar mais à frente com Doca. Dada a natureza do estudo em questão, pareceu(-nos, enquanto equipa) pertinente começar a realizar as entrevistas de forma atempada e através de vias institucionalmente conhecidas. Como tal, o processo de seleção das entidades/associações que nos iriam conferir os contactos das pessoas para entrevistarmos revelou-se de extrema importância, sendo continuamente ajustado à medida que o tempo ia diminuindo e que o projeto, assim como os seus requisitos, ia avançando. Assim, deu-se prioridade aos seguintes atributos na seleção das entidades:

- Área da intervenção social;
- Relação com o CESIS;
- Geografias onde operavam (Amadora);
- Relações com os/as potenciais entrevistados/as em situação de vulnerabilidade social;

Na fase inicial, a qual coincidiu com a minha chegada ao projeto, foi necessário realizar uma sessão de *brainstorming* com os membros da equipa por forma a conhecer as entidades que já tinham colaborado previamente com o CESIS. Essas entidades eram dotadas de um carácter especial não apenas devido ao facto de estarem familiarizadas com o trabalho do CESIS, mas também porque sabiam o que esperar da nossa equipa de profissionais, garantindo assim o profissionalismo e a ética pela qual os sociólogos se regem. Depois de realizarmos essa lista (na qual constavam cerca de 10 entidades potenciais³⁷), foi necessário recorrer a meios digitais para tomar conhecimento das entidades/associações que operavam no concelho da Amadora, local sobre o qual orbitou todo o projeto. Felizmente a câmara municipal da Amadora (C.M.A.) realizou esse trabalho por nós, dispondo de uma vasta lista das associações acreditadas por área de

³⁷ A tabela com as entidades em questão pode ser verificada em Anexo (Quadro I).

intervenção³⁸ que, até à data, estavam operacionais. Para além das entidades conhecidas pelo CESIS e das que se encontram presentes nas listas oficiais disponibilizadas pela Câmara, incluíram-se também aquelas que lidam diariamente com pessoas em situação de vulnerabilidade social (ex. Divisão de Apoio Social da C.M.A., IEPF e Cruz Vermelha Portuguesa) nas suas múltiplas formas.

Por se tratarem de entrevistas de carácter gratuito, isto é, sem qualquer tipo de compensação monetária para as pessoas que indicam os contactos, o tempo é o nosso pior inimigo (Santos, 2004). O processo de tecer um email modelo – certamente ajustado com o nome da entidade/associação, com a explicação do projeto, os seus objetivos e o esclarecimento de que o auxílio da entidade – é muito bem visto e não demora muito tempo a ser realizado³⁹. No entanto, o tempo levado a cargo para se obter uma resposta (pelo menos satisfatória) é bastante demorado. As entidades têm o seu trabalho, cada empregado/a tem as suas funções, os seus prazos e, sobretudo, a sua disponibilidade. Não podemos sugerir, embora a vontade seja grande, que larguem as suas tarefas para que acedam ao nosso pedido na sua forma total. É um processo longo que, muitas vezes, requer chamadas de atenção a cada duas semanas sem respostas, inúmeros contactos por várias vias e, inclusive, marcação de reuniões presenciais para legitimar a nossa posição enquanto investigadores⁴⁰. Cabe, ainda, notar que a relação entre as instituições pode ser vista em termos de tempo e, ainda, de modo. São, pois, modalidades que integram relações (relações sociais de observação) pautadas por temporalidades e modalidades diferenciadas, cabendo ao investigador descobrir a maneira ideal de lidar com ambos os fatores.

Por forma a ser possível diversificar a nossa amostra, especialmente devido ao carácter heterogéneo que constitui a posição de vulnerabilidade social dentro da

³⁸ Essa mesma lista pode ser consultada no website da câmara municipal da Amadora: <https://www.cm-amadora.pt/movimento-associativo/624-associacoes.html>

³⁹ O email modelo pode ser visto nos anexos do presente relatório de estágio (Quadro II).

⁴⁰ Aqui, a carta de apoio formal da C.M.A. revelou-se ser de extrema importância para aceder a determinadas entidades. Se, por um lado, a carta de apoio da C.M.A. ajudou, por outro, colocou as (potenciais) entrevistas sobre um véu de formalidade que, dentro do cenário da vulnerabilidade social, não auxilia o processo de coleta de informação. Esta condição ficou bastante evidente aquando da realização das entrevistas, durante a qual os/as entrevistados/as não queriam mencionar a sua ocupação, dado o carácter ilegal da sua prática. Independentemente da razão (trabalhar sem contrato, não declarar determinados rendimentos, ocultar posses do Estado, etc), vários foram os entrevistados que se depararam com o comum “*digo ou não digo?*” hamletiano ao saber que as entrevistas estavam a ser gravadas em áudio. Assim, etnografia crítica permitiu evidenciar que a utilização da carta da C.M.A., assim como muitos outros materiais, deve ser pensada em função dos sujeitos que procuramos entrevistar, uma vez que pode introduzir constrangimentos adicionais e desnecessários à investigação.

Amadora, foram solicitados cerca de 3 a 4 contactos a cada uma das entidades. Depois, a cada um desses contactos seriam solicitados outros por via de uma estratégia de *bola de neve*. Um dos benefícios da utilização desta estratégia em estudos qualitativos é de que permite aceder a populações de difícil acesso, baseando-nos na conceção de que o conhecimento sobre a realidade social apenas pode ser apreendido por via da descrição das experiências humanas. Por intermédio do uso de uma amostra não probabilística baseada em referências, a técnica da *bola de neve* permite localizar pessoas com o perfil necessário à investigação⁴¹, com baixo custo de tempo e recursos, assim como aumentar a probabilidade dos indivíduos aceitarem fazer parte do estudo, uma vez que são indicados por conhecidos.

Apesar dos primeiros contactos terem sido realizados via email, a ausência de resposta em tempo útil revelou necessária a opção de outra estratégia. Como tal, prosseguiu-se com as chamadas telefónicas. Agarro no telefone, clico nos números e espero que alguém atenda. O facto de estar sozinho na minha sala ajudou o meu elo de concentração, uma vez que não tinha ninguém para me assistir caso eu fosse confrontado com perguntas difíceis. Felizmente, esse cenário nunca se adensou. Assim que os/as técnicos/as atendiam os telefones, eu iniciava a minha apresentação e a descrição do projeto. Podia, desde logo, verificar que as pessoas, sobretudo dentro da área de intervenção social, detinham um grande apreço pelo projeto. Aliás, muitas foram as entidades que afirmaram que o projeto vinha em boa hora, dado o cenário pandémico que nos encontrávamos a viver há mais de um ano. Todas relataram que a pandemia exacerbou as condições de vulnerabilidade social dentro da população mais vulnerável, fazendo acionar redes de interconhecimento horizontais com dinâmicas próprias⁴² (que, na maioria das vezes, funcionavam melhor do que as opções fornecidas pelo estado). Não obstante, a maioria das respostas iniciais eram negativas.

Gostaria de saber se seria possível contar com o auxílio da entidade para nos fornecer três ou quatro contactos para nós podermos realizar uma pequena entrevista, questiono. “Amigo, eu gostava de te ajudar, mas neste momento é impossível. Mesmo

⁴¹ Apesar de muito útil, não deve cair no saco roto do esquecimento o facto desta técnica apresentar algumas limitações. É o caso da possibilidade de se obter discursos semelhantes por parte dos/as entrevistados/as e, ainda, a possibilidade de se enviesar a amostra no que toca à estimação do total da população (um vez que se trata de uma amostra não probabilística).

⁴² São exemplos as redes de oferta de comida não apoiadas pelo governo. São esquemas que, operando à margem da ilegalidade, permitiam que muitas famílias conseguissem comer durante tempos em que a permanência em casa era obrigatória. Este é um tema que, dada a sua natureza, requeria um estudo exclusivamente dedicado a isso.

com a capacidade máxima de técnicos seria difícil. Agora, que estamos a trabalhar com muitos menos técnicos devido ao COVID, é mesmo impossível. Não temos os recursos suficientes para vos ajudar”, menciona a primeira associação. “Acho muito interessante, mas não para agora. Agora é mesmo impossível”, menciona a segunda. “Infelizmente não dá. Temos tanto a fazer que não nos podemos pôr a realizar mais tarefas”, afirma a terceira entidade. Após alguns contactos, o cenário parece ficar cada vez mais evidente: Será muito complicado realizar as entrevistas durante a pandemia, tornando o (meu) destino incerto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INCERTEZA DO DESTINO

O contínuo repositório de respostas negativas tornou real um dos maiores receios para qualquer investigador na área das ciências sociais. Sem pessoas não há entrevistas e sem entrevistas não há matéria de análise. Tinha alcançado a um ponto de paragem, um tanto contraditório, e cujo retorno parecia impossível. Desejava conhecer as situações de vulnerabilidade social presentes no concelho da Amadora, mas as incidências das situações de vulnerabilidade não permitiam que eu as conhecesse.

Após algum tempo de raciocínio, cheguei à conclusão de que não deveria tomar à letra as respostas negativas que me estavam a chegar, mas antes interrogar-me sobre se não seria uma imagem que, sendo proposta pelas entidades, lhes pertencia. A aparente condição de classe das pessoas que procurava entrevistar, assim como os conflitos (estabelecidos relacionalmente através da minha posição) e as estratégias utilizadas, revelavam uma dinâmica conflitual própria ao objeto de estudo (particularmente associado ao contexto pandémico). Esse conflito, oriundo da formação social envolvente que ali se mantinha, colocava sobre linhas antagónicas a existência de uma *dimensão comunitária* e uma *dimensão social*. Se, por um lado, as entidades em campo, na sua maioria, realizavam o seu trabalho de forma afincada (e muitas vezes com custos pessoais), por outro a contínua necessidade de realização desse mesmo trabalho dentro de um contexto atípico impossibilitava a minha entrada em campo. Trabalho sem fim, horas extraordinárias não remuneradas e nenhum ou pouco apoio do estado são apenas algumas das palavras que (me) ajudaram a construir uma primeira imagem destas entidades que

todos os dias lutam para ir ao auxílio das pessoas que, por infortúnio da sua posição, se encontram numa situação de vulnerabilidade social.

O dilema emergente, operando sobre um cenário díspar, permite tecer algumas considerações que têm vindo a ser pouco acolhidas pela literatura relativamente ao papel das instituições sociais (dimensão social) e a responsabilidade social para com o bairro ou região onde se localizam/operam (dimensão comunitária). Para ser possível abordar as entidades e o seu papel é necessário tomar em consideração o estatuto de ética que, enquanto cientista social, deve ser cumprido. Aqui, refiro-me ao “conjunto de princípios, de deveres e regras de conduta, que estão presentes nas relações e obrigações que estabelecemos” (Santinho, 2016) com as entidades com as quais nos procuramos relacionar. Neste caso em particular, a ética que balizou o processo de investigação implicou a utilização do princípio da transparência para com os objetivos do projeto, o material que seria recolhido, a anonimização dos entrevistados/as e a confidencialidade das informações que nos eram dirigidas. As entidades necessitam de fundamentar constantemente a qualidade do seu trabalho, face financiadores e projetos políticos dos quais dependem, por forma a garantirem a continuidade dos seus trabalhos no âmbito da intervenção social e, como consequência, às pessoas que apoiam. Deste modo, caso entidades revelem o seu funcionamento em demasia, desperdicem tempo com questões (consideradas) não essenciais ou até mesmo realizem atividades não programadas, correm o risco de ficar expostas a escrutínio por parte dos poderes políticos. Torna-se completamente compreensível a necessidade de proteção interna e, assim, a negação do nosso pedido. Em paralelo, às ressalvas das entidades face ao nosso pedido opera a diferenciação do objeto⁴³ Enquanto que, para nós, o objetivo era o de conhecer, para as entidades o seu objetivo era o de realizarem o seu trabalho, tentando não ser prejudicadas pelo nosso envolvimento. Assim, torna-se evidente o vasto conjunto de hipóteses de trabalho sobre um mesmo terreno diferentemente percecionado. No entanto, a pluralidade dos objetos dilui-se na população em causa. Ambos procuramos as mesmas pessoas dentro do mesmo meio - sujeitos em situação de vulnerabilidade social no concelho da Amadora.

O entendimento relativo ao papel das entidades encontra-se, direta ou indiretamente, relacionado com a sua história e o local onde se encontram. Quanto à

⁴³ Os objetivos do projeto “Uplift.eu” já foram anteriormente mencionados no capítulo dos projetos de estágio.

história das entidades contactadas⁴⁴, isto é, ao seu tempo, podem-se realizar alguns comentários. As mais antigas foram criadas há mais de quarenta anos – Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura, a qual data de 1980, a Associação de Solidariedade Social SUBUD remete para o ano de 1981, a Escola Profissional Gustave Eiffel viu a sua génese no ano de 1989 e a Associação da Academia do Johnson em 2014. Foram também contactadas entidades que, não fazendo da intervenção social a sua fatia maioritária, também auxiliam no processo da intervenção dentro da Amadora. É o caso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), nascido no ano de 1962, o Núcleo da Cruz Vermelha da Amadora, cujas origens apontam para o ano de 1981 e o Conselho Local de Ação Social da Câmara Municipal da Amadora (CLAS), o qual surgiu em 2003 após a adesão ao Programa Rede Social⁴⁵. Como o texto acima permite verificar, as entidades contactadas foram sendo formadas sobre o efeito de diversas conjecturas temporais, preenchendo diversas finalidades explícitas tais como o apoio social, educação, convívio e desporto.

O nascimento vanguardista da Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (1980) obedeceu a um processo de autoconstrução por parte dos moradores do bairro da Cova da Moura que, na ausência de locais para confraternizar, permitiu forjar esta instalação comunitária. Apesar de destinada inicialmente para os setores do desporto e da cultura, em 2001 a associação garantiu o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) para fazer face às contingências do bairro, maioritariamente constituído por emigrantes das antigas colónias portuguesas. É o caso da falta de recursos, baixos níveis de qualificação, agregados familiares alargados e dificuldades de integração a nível social. De forma semelhante, a Associação de Solidariedade Social SUBUD (1981) nasceu de uma necessidade de minimização dos custos de adaptação e integração dos sujeitos provenientes das ex-colónias portuguesas. A associação escreve no seu website:

“A nova realidade vivida [por parte dos emigrantes] estava a ser bastante dolorosa, devido à diferença cultural, ao espaço físico, ao clima, e aos hábitos de vida que

⁴⁴ Tratam-se de entidades que, tendo sido contactadas, nos responderam. Não se encontram incluídas as entidades que não nos forneceram uma resposta. A lista com todas as entidades, bem como as respostas conferidas via email e/ou telefone pode ser consultada em anexo (Quadro III).

⁴⁵ Criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de novembro de 1997 e Declaração de Retificação nº 10-O/98. Posteriormente foi publicado o Despacho Normativo n.º 8/2002 de 12 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho.

possuíam, dificultando o seu processo de integração social” (Associação de Solidariedade Social SUBUD. (2022, Setembro) *Quem somos*. <http://www.assubud.org/quem-somos>).

A associação afirma ainda que, como as crianças eram as que mais expressavam riscos em termos da socialização em ambientes degradados, viu a génese de um jardim de infância para os mais novos em 1982. O novo jardim de infância ficava situado no concelho de Alfragide (norte), dentro de um bairro que viria, no futuro, a (re)alojar 110 famílias provenientes das antigas colónias. Desta forma o seu envolvimento social era facilitado, assim como a construção de relações sociais com as famílias que já pertenciam à comunidade. Mais à frente, no ano de 1986, findado o percurso escolar disponível para a primeira geração de crianças da associação, a associação SUBUD ampliou o seu ciclo de ação social para passar a contemplar as Respostas Sociais de Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) e de CATL Jovem, mais tarde transformados sobre a alçada da Resposta Social Creche (2007). Passam, então, a poder receber crianças que não têm onde ficar enquanto os seus pais estão a trabalhar, tendo como objetivo principal o desenvolvimento psicomotor, psicossocial, cognitivo, linguístico e a construção de códigos formais de aprendizagem nas crianças. Ainda, no ano que data em 2010, a associação adere ao Centro de Acompanhamento Individual (CAI) com vista à criação de programas de intervenção e prevenção na área da psicologia, terapia da fala, psicomotricidade e serviço social. Aproximando-nos do tempo presente, em 2014, a SUBUD procurou alargar os seus serviços de CAI com a génese do CAI Móvel, isto é, uma equipa que, sendo construída sobre várias áreas do conhecimento, se desloca até às casas dos habitantes ou até mesmo até às instituições parceiras por forma a oferecer os seus serviços dentro da área social⁴⁶.

O desenvolvimento socio-histórico das entidades no próprio terreno onde atuam legitima a sua posição⁴⁷ no meio. Ora, assim, a sensação de responsabilidade social para

⁴⁶ De acordo com o seu website e com as conversas tecidas no terreno, os valores monetários desses mesmos serviços correspondem a um preço (considerado) social. Em outras palavras, trata-se de um preço justo, acordado entre os prestadores do serviço e a população/associações parceiras.

⁴⁷ É exemplo a associação não governamental “academia do Johnson”, a qual promove o desporto, o desenvolvimento e a integração social de jovens e crianças da zona da Cova da Moura. Segundo o website, a academia é o resultado da história de vida do ex-recluso João (Johnson) Semedo que, através de atividades socioculturais, educativas e desportivas, procura aplicar a sua experiência pessoal por forma a prevenir situações de risco para outros jovens em situações precárias. Link para o website: <https://www.academiadojohnson.com>.

com a região onde se localizam/operam é revestida de uma importância generalizada. É quase como, invocando os termos da biologia, se tratasse de uma *simbiose* entre os sujeitos *praticantes* e as entidades que *produzem* os eixos da vivência comunitária por via de unidades de vizinhança ou até mesmo de relações de amizade entre pares. São forças coletivas que, sendo produzidas sobre um referencial exterior ao local (bairro, associação, etc), incorporam nelas os referenciais analíticos, representações simbólicas e construções imaginárias (entre outros) invocadas pelos seus portadores.

Baseando-me nos mecanismos de memória social, cabe notar que a maioria das pessoas que trabalhavam nas entidades que contactei *eram do bairro*, não necessariamente no sentido em que nasceram num bairro, mas no sentido em que estavam numa posição que permitia um envolvimento afetivo e intelectual com o local onde operavam. Desta mera observação, cujos limites começaram a ser traçados durante os contactos prévios antes do agendamento das entrevistas, resulta uma situação que, não podendo ser ignorada, deve ser contemplada. Apropriando-me das palavras de António Firmino da Costa e de Maria das Dores Guerreiro, “um outro fenómeno interessante é o da relativa mobilidade social ascendente de um número significativo de membros” (Costa; Guerreiro, 1984) que pertenciam às entidades desde tenra idade. Esse é o caso da Doca⁴⁸ e das suas raparigas, como será relatado mais à frente.

⁴⁸ O nome real da senhora foi anonimizado por questões de segurança. *Doca*, nome adaptado do ilustre livro de William Whyte, intitulado de *Street Corner Society: The social structure of na Italian Slum* (1914), foi uma das (se não a maior) *gatekeepers* durante todo o processo de inclusão no terreno. A ela, e à sua família, devo o enorme meu agradecimento, o qual tive oportunidade de expressar após terminadas todas as entrevistas. A sua história revelou uma enorme riqueza e, por essa razão, decidi por bem dedicar algum tempo a conhecê-la, bem como à sua família. Apesar de não se tratar de uma pessoa em situação de vulnerabilidade social no presente, tive o grande prazer de poder falar com ela de uma forma aberta e de, inclusive, ter a permissão para retirar notas. Doca não foi entrevistada no contexto do projeto UpLift.Eu.

DOCA E AS SUAS RAPARIGAS⁴⁹

HISTÓRIA COMUM OU CASO DE SUCESSO?

Apesar de originalmente ter nascido em Cabo Verde, Doca considera-se Portuguesa. Veio viver para Portugal com a sua família, mais concretamente para o antigo bairro 6 de Maio, quando fez quatro anos, lembrando-se pouco da casa que deixou para trás. Recorda apenas alguns cheiros das comidas tradicionais e pequenos fragmentos de memória perdidos no tempo. O não recordar da viagem para Portugal é, conta Doca, uma bênção, uma vez que tem muito receio de fazer viagens dessa dimensão.

A história migratória de Doca não difere muito das múltiplas histórias contadas sobre os anos 80/90 que compõem os estudos sobre a migração (Machado, 1994; Saint Maurice, 1997; Barbosa, 2006; Carvalheiro, 2008; Góis, 2008). Trata-se de um terceiro período migratório que, ao retomar as ligações laborais que se viram interrompidas com a independência de Cabo Verde, agrupou enormes fluxos internacionais de pessoas que ou viam Portugal quer como um país para dar início a uma nova fase de vida (precaridade socioeconómica aliada a forças de trabalho baratas), ou como uma plataforma redistributiva de mão de obra para os outros países da Europa. Da mesma forma que aludem vários autores, mais do que uma mudança de teor laboral, as forças migratórias devem a sua origem às políticas do país de destino. Não se trata, pois, de uma forte combinação entre a procura de mão de obra e uma postura permissiva por parte do Estado, mas antes de uma forte associação entre a intensidade dos fluxos e a abordagem estatal com base em interesses económicos, confiando ao mercado de trabalho a oportunidade dos migrantes obterem autorizações de residência. Assim, é importante compreender não apenas o quão integrada está a população imigrante, mas também em que segmento se integram (Portes, 1955).

Segundo Góis (2008), os migrantes cabo-verdianos que fazem parte integrante da terceira fase migratória estão, pois, inseridos da mesma forma no mercado de trabalho e detêm relações (nulas) de mobilidade laboral – homens trabalham na construção civil e

⁴⁹ Cabe notar que o objetivo deste subcapítulo não é, nem será, o de explorar as temáticas subjacentes aos diversos processos abaixo indicados, mas antes o de contextualizar a história de vida de Doca. Cada um destes temas daria, *per si*, uma outra tese (migrações, bairros sociais, P.E.R., entre outros).

as mulheres trabalham no setor das limpezas. Este era o caso da mãe⁵⁰ de Doca, a qual trabalhava todos os dias enquanto empregada doméstica até pouco antes da sua morte. De forma paralela, a mãe de Doca teve oportunidade de abrir um pequeno estabelecimento – café dentro do próprio bairro 6 de Maio -, servindo assim como uma segunda fonte de rendimentos e para consolidar as relações com o bairro.

Antes de ir mais à frente importa, como nas ciências sociais se deve importar, compreender que, mais do que reagir às transformações sociais, dela somos portadores, participando e mobilizando-nos dentro destes processos. Sem isso, o presente relatório de estágio não teria sentido. Neste sentido, a progressiva neutralização de fronteiras dentro das sociedades globais (Sassen, 1998; Castells, 1996), não deve ser tecida em prol do detrimento das relações de produção e das dimensões locais onde são produzidas. Aliás, Sassen (2007) alude a essa temática ao mencionar que apenas assim será possível compreender e estudar a multiplicidade de economias, culturas e práticas de trabalho *incrustadas* (Polanyi, 1944) na conceção contemporânea da globalidade. Com isto refiro-me ao papel atribuído ao local de chegada, isto é, o local de residência por parte da família de Doca.

Depois de chegada a Portugal, Doca e a sua família fixaram-se no bairro 6 de Maio. A génese do bairro antecede a sua chegada, mas as suas origens remontam a contextos semelhantes – ao chegarem a Portugal, uma grande mão de imigrantes cabo-verdianos instala-se em aglomerados precários dentro da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.). Aliadas às forças da industrialização, crise dentro do setor da agricultura portuguesa e processos de terciarização das atividades económicas, os centros urbanos (sobretudo onde se localizavam os imigrantes) foram os que mais sofreram com o aumento da pressão demográfica que se estava a gerar. Como resultado, viram-se obrigados a procurar outro local de residência que possuísse rendas mais acessíveis. É o caso das regiões periféricas da A.M.L., os quais começam a ver emergir os *bairros clandestinos*, *bairros de lata* ou até mesmo *bairros suburbanos*. O aumento da especulação imobiliária na A.M.L. leva, então, à criação de um sub-mercado acedido apenas por parte das pessoas que não tinham recursos (económicos e/ou escolares) para aceder a outros tipos de alojamentos.

⁵⁰ Doca nunca manteve contacto com o seu pai. Apenas sabe que ele era marinheiro e que nunca ajudou a mãe ou os filhos.

Aliás, cabe desde já notar num fenómeno social que antecede a criação dos bairros de lata, e em particular o bairro 6 de Maio. Note-se que “o crescimento da capital torna-se, então, o crescimento das suas periferias” (Cardoso; Perista; 1994). Isto não se deve ao facto do interior estar sobrelotado ou até mesmo esgotado, mas ao facto de que “a ação camarária se fazia sentir no sentido de “limpar” a cidade de tais construções” (Cardoso; Perista; 1994). As pessoas eram expulsas da cidade e, assim, o bairro 6 de Maio (Freguesia da Venda Nova) surge exatamente na fronteira administrativa do concelho de Lisboa, situando-se do “lado de lá” da estrada. Ora, tal como coloca Manuel Giraldes⁵¹, o bairro cristaliza em si “uma fronteira entre a Europa e o Terceiro Mundo: de um lado, perfilam-se os prédios remediados mas regradados e sólidos da Damaria; do outro, serpenteiam os becos estreitos e enlameados de um bairro que só não é de lata porque os moradores foram investindo um esforço e as economias em tijolo e cimento, o dinheiro não chegou para rebocos, pinturas ou outros primores” (Giraldes, 2011). Ainda dentro deste pressuposto, podem ser tecidas algumas considerações relativamente à localização do bairro. Dada a proximidade e acessibilidade para com a capital, a região parecia ter características *ótimas* para o acolhimento de imigrantes, tais como Doca e a sua família. O facto de serem regiões com um grande crescimento populacional também fez com que existisse um incremento dentro da indústria da construção civil, setor esse muito ocupado por parte dos residentes no bairro.

O fenómeno dos bairros de lata, e em particular do bairro 6 de Maio onde viveu Doca, não pode, pois, ser dissociado da imagem da cidade de Lisboa. Ao fazê-lo, estaria a incorrer a um erro que as ciências sociais tanto se esforçam para ultrapassar. O problema da habitação opera a par do processo de crescimento e industrialização da capital, tornando evidente que a “falta de resposta às necessidades de espaço das classes mas desfavorecidas constitui [...] uma forma de promover a segregação” (Gaspar, 1987). Essa segregação, promovida pela geografia, coloca lado a lado as zonas degradadas e as zonas planificadas de raiz, contribuindo para uma visão imaginária estereotipada dos seus residentes (população negra de origem africana, vive em barracas, pobreza geracional, analfabetismo, costumes bizarros, doenças, marginalidade, entre outros). A constante conjugação da etnia, classe social e práticas culturais diferenciadas têm contribuído para a estigmatização do bairro social, originando aquilo que são entendidos como processos de *guetização* – área onde as grandes generalidades dos residentes fazem parte integrante

⁵¹ Autor do artigo Centro Social 6 de Maio: Uma brecha no Muro.

de um mesmo grupo étnico ou racial segregado, diferenciando-as das outras áreas da cidade (Wacquant, 2005).

Neste sentido, a etnia opera em prol do apego a uma cultura de origem, a qual guia os emigrantes em direção a uma identidade social positiva que permita fazer face aos processos de estigmatização dos quais são alvo. Raramente definidos como *portugueses*, mesmo muitas vezes residindo em Portugal a sua vida toda, os imigrantes continuam a ser vistos como *outsiders*, culpados pelo contexto marginal que se encontram a viver. São, pois, racializados pelos critérios aplicados pela sociedade portuguesa, dificultando a sua integração nas diversas esferas sociais. Talvez, penso, seja por isso que Doca sentiu a necessidade de afirmar a sua nacionalidade no nosso primeiro encontro.

Doca afirma ainda que, apesar de reconhecer as condições precárias em que ela e a sua família viviam no bairro 6 de Maio, tem uma percepção negativa sobre o funcionamento da resposta institucional por parte do estado. A resposta para fazer face aos problemas da habitação consistiu na criação, em 1993, do Programa Especial de Realojamento⁵² (PER), com a progressiva adesão por parte da Câmara Municipal da Amadora (C.M.A.) em 1995. O programa tinha, de acordo com o que é possível encontrar nos documentos legais, três eixos principais: “a nível dos objetivos, (1) erradicar as barracas; ao nível da metodologia executiva (2) envolver os municípios de forma vinculada no processo; e, finalmente, a um nível mais complexo de leitura sociopolítica (3) potenciar, com o realojamento, uma mudança no estilo de vida dos moradores” (Cachado, 2013). Ora, Doca discorda destes mesmos pressupostos – menciona mesmo que a ideia da *chaga social*⁵³ é, pois, discriminante perante a condição de todos e todas as que lá residiam. Ainda, menciona que a mãe, a qual era detentora de um café num dos espaços adjacentes à sua casa, aquando do seu realojamento, apenas teve direito a uma casa, ficando sem uma das suas formas de rendimento principais. Pensa que isso se deveu ao facto de não existir um alvará de construção, mas que não tem a certeza.

O realojamento levou Doca e a sua família (a mãe, os cinco irmãos e, posteriormente, a prima) até ao bairro do Zambujal, localizado na junta de freguesia de Alfragide. No centro da tradição da literatura sobre como as desigualdades geográficas refletem e contribuem para as desigualdades dos atores sociais (Galster, Sharkey. 2017)

⁵² Decreto-Lei nº 163/93.

⁵³ No documento oficial é possível encontrar a seguinte passagem: “A erradicação das barracas, uma chaga ainda aberta no nosso tecido social, e consequente realojamento daqueles que nelas residem impõem a criação de condições que permitiam a sua total extinção” (Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de maio DR, I Série – A nº 106 07-05-1993, p. 2381).

encontram-se os bairros sociais, aliados à ideia de que as oportunidades sociais são influenciadas pelo local onde se reside. O local onde os sujeitos vivem determinam, até certo ponto, os resultados nas várias esferas institucionais. Esta noção, um tanto da geografia das oportunidades⁵⁴, tem vindo a ser desenvolvida por vários autores (Galster, Killen, 1995; Galster, Sharkey. 2017) numa tentativa de descrever como é que os elementos da estrutura dos bairros influenciam o status socioeconómico dos sujeitos a nível do mercado de trabalho, habitação, recursos educacionais, sistemas de transporte, oportunidades de acesso a serviços, redes, entre outros. Inspirado por essa corrente de pensamento, Galster (2012) agrega várias formas através das quais os bairros residenciais podem afetar os percursos dos atores sociais, nomeadamente através dos mecanismos socio-interativos (processos sociais do bairro que, através de mecanismos de exclusão face a outras partes da cidade, condicionam as oportunidades dos seus residentes), ambientais (condicionamentos físicos), geográficos (incompatibilidade espacial e proximidade a serviços) e institucionais (estigmatização ou imagens negativas do bairro e os seus impactos). Todos esses fatores indicam que os espaços não apenas dispõem as condições para a desigualdade, mas também desempenha um papel fundamental na sua reprodução intergeracional. Assim, as dimensões espaciais devem ser encaradas enquanto formas de transmissão das desvantagens. Em suma, se um sujeito nasce numa posição favorável, tem uma maior probabilidade de obter melhores chances de vida para si e para a sua família (Galster, Sharkey. 2017). No entanto, caso o sujeito nasça numa posição desfavorável, tipicamente presos geograficamente em situações de bairro a falta de oportunidades é passada aos seus filhos (Christophers, 2018; Hochstenbach, 2018).

Doca ainda frequentava a escolaridade obrigatória quando mudou de casa para o novo bairro social. Relata que sempre gostou muito da escola e que procura aprender sempre que podia através de livros que coletava da biblioteca ou até mesmo livros emprestados pelos professores. Apesar de afirmar que a sua mãe fazia tudo o que estava ao seu alcance para dar a conhecer o valor da escola (mais concretamente, o valor atribuído ao emprego futuro que advinha da escolaridade), a mãe não frequentava as atividades de envolvimento dos pais propostas pela escola. São exemplo as reuniões de pais ou até mesmo atividades colaborativas da escola que não eram atendidas. Talvez,

⁵⁴ Os níveis geográficos em que esses elementos operam dependem da configuração dos países e dos locais em específico.

conta Doca, a mãe não tivesse tempo para dedicar a esse tipo de atividades, priorizando as que possibilitavam colocar comida em cima da mesa ao final do dia.

Menciona que, por volta do 7º ano de escolaridade, tomou o primeiro contacto com o local onde se encontra a associação onde se encontra a trabalhar atualmente, até à data intitulado de *bairro dos jornalistas*⁵⁵, por intermédio de uma amiga. A sua amiga pertencia ao bairro dos jornalistas e, durante um dos intervalos escolares, mencionou que conhecia uma associação que se encontrava a doar hamsters. Doca afirma que a decisão de ir até à associação não levou muito tempo, dado o seu gosto por animais. Apesar disso, não volta até há associação até uns anos mais tarde. Passado algum tempo, já no 9º ano de escolaridade, Doca desejava retomar até a associação, depois da mesma colega mencionar a existência de um grupo de (5 a 6) jovens que, não fazendo parte integrante do bairro dos jornalistas, utilizavam a associação para socializar após as aulas e para serem integrados nas atividades sociais do bairro. Tratava-se de um pequeno projeto que, sendo destinado a jovens e adolescentes, visava a promoção de desenvolvimento de métodos de estudo para o seu desenvolvimento escolar. Não obstante o facto de ter como objetivo a promoção de bem-estar escolar, o projeto tinha como finalidade principal incutir nos jovens o desejo de construção de um projeto de vida objetivo, sobre o qual se iriam apoiar para programar o seu futuro (educação e profissão). Pode, pois, ser entendido como uma forma de *resistência* relativa aos processos de exclusão social que as pessoas do bairro se encontravam a viver. No entanto, apesar de todas essas características, a sua mãe não o permitia. “Tinha de respeitar e de fazer o que ela [mãe] dizia”, afirma Doca.

Por volta do início do 12º ano de escolaridade, recorda, Doca fica grávida do seu primeiro filho. Este foi um momento bastante marcante na sua vida. Tem de parar de estudar. Menciona que não foi uma gravidez espontânea ou não planeada, tendo sido bastante alvo de pensamento nos meses anteriores. “Foi para mostrar à minha mãe que era capaz de cuidar de mim”, afirma Doca em tom de brincadeira, seguido de risos. Movendo-se por entre vários *trabalhos* e *empregos*⁵⁶ consegue sustentar o filho. Dentro

⁵⁵ Não foi possível encontrar este termo na literatura, no entanto várias foram as pessoas que utilizaram esse nome para se referir ao local.

⁵⁶ Em todo o processo de realização de entrevistas, contactos e incursões ao terreno, verifiquei uma enorme resistência relativa ao uso dos termos *trabalho* e *emprego* enquanto sinónimos. Sempre que, por acaso, utilizava ambas as palavras numa mesma frase (ex. *Quantos empregos ou trabalhos já teve?*), era veemente corrigido. De acordo com os (meus) esquemas de perceção, concluí que o *trabalho* corresponde ao vínculo laboral, independentemente da entidade ou local onde este é realizado. É a atividade que se realiza em prol de se obter um salário no final, não havendo nenhum tipo de vínculo emocional com o mesmo. Contrariamente, o *emprego* corresponde a uma posição bastante objetiva no meio social, a qual

desta esfera torna-se evidente uma condição bastante vincada. Doca, assim como a grande maioria dos entrevistados, passou por vários empregos/trabalhos ao longo da sua vida⁵⁷, contrariamente à sua mãe, a qual funciona como unidade de referência para Doca. Quanto a setores de atividades, a integração de Doca (e, com base nas entrevistas do projeto, a integração das pessoas em situação de vulnerabilidade social da Amadora) faz-se, em larga medida, com base num mercado de trabalho bastante segmentado, com especial predominância no setor das limpezas/serviço doméstico e da restauração no caso do sexo feminino e no setor da construção civil, segurança/vigilância e motoristas de plataformas digitais no sexo masculino.

Em ambos os sexos, as posições ocupadas durante a realização desses trabalhos são identificadas enquanto uma condição precária, incerta e com um grande fator de risco. Aliás, para a OIT (2012) o trabalho precário é comumente definido em função de condições contratuais específicas, como é o caso de contratos de curta duração, falsos trabalhos por conta própria, subcontratações ou contratos por parte de agências temporárias, mas também por condições precárias tais como baixos salários, falta de proteção aquando o término do contrato, dificuldades no acesso à proteção social e benefícios correspondentes e possibilidades muito limitadas de exercício de direitos de trabalho. É, pois, por estas razões que o trabalho precário se encontra muitas vezes associado a níveis mais elevados de pobreza e de exclusão social dentro das sociedades.

Torna-se também importante considerar que o trabalho precário, vivido por Doca, afeta de forma diferenciada diferentes grupos sociais sobre a alçada do mesmo contexto. Um aspeto importante é a idade dos atores sociais, uma vez que o trabalho precário tende a ser mais incisivo dentro dos mais jovens (Medgyesi, 2018), tal como demonstrado nos estágios iniciais da vida de Doca. Aqui, a questão fundamental trata-se de compreender se o trabalho precário pode ser entendido enquanto um fenómeno potenciador de um trabalho mais estável no futuro (Graaf-Zijl, 2011) ou se os jovens em trabalhos precários estão mais propensos a deter dificuldades de integração no mercado de trabalho no decorrer das suas carreiras profissionais. Neste ponto, a revisão de literatura indica-nos que a transição do trabalho temporário (e precário no sentido atribuído por alguns autores) para um trabalho estável detém taxas muito reduzidas (Chung et al, 2012), indicando assim uma grande desvantagem para os jovens.

atua como uma fonte de orgulho por parte dos seus praticantes. Segundo alguns dos informantes, muitas são as pessoas que *trabalham* durante a vida sem ter um *emprego*.

⁵⁷ Alguns, inclusive, passando por mais de 10 empregos.

Para além do grupo dos jovens, também elementos como o sexo, o estatuto de residência e o país de origem podem ser identificados como portadores de maiores dificuldades de integração laboral dentro deste contexto. Segundo o relatório da EIGE (2017), o trabalho temporário ou trabalho em regime de *part-time* são os mais comuns entre mulheres em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes operando sobre a alçada de um modelo de ganha-pão machista onde o homem trabalha a tempo inteiro. Para além disso, as mulheres que, efetivamente, conseguem *fugir* a esse regime encontram-se limitadas a posições também elas precárias, especialmente caracterizadas pela ausência de contrato de trabalho ou pagamentos a recibos verdes durante longos períodos de tempo, tal como descreve Doca. Migrantes e cidadãos de outros países também são indicados como parte dos grupos-alvo de trabalhos precários (Standing, 2011; Banki, 2013), existindo especial dificuldade no processo de integração no mercado laboral e no acesso a benefícios sociais (que, por sua vez, reforça ainda mais a insegurança) (Peixoto, 2008).

Mesmo dentro deste cenário de instabilidade e incerteza laboral, após o filho ter um ano de idade, Doca volta a retomar os estudos através do curso (ainda sem equivalência ao 12º ano de escolaridade) de *auxiliar de ação médica*⁵⁸ e obtém a possibilidade de ir trabalhar, segundo a mesma, para um Hospital localizado no Parque das Nações (Lisboa). “O salário até era bastante bom para a época”, afirma. No entanto, era impossível de gerir todas as esferas institucionais na qual estava inserida (filho, transportes, horários, etc).

Durante essa mesma altura de instabilidade financeira, surge uma outra oportunidade. A associação encontrava-se a oferecer formação (remunerada) e a possibilidade de, para as três pessoas que melhor desempenhassem as funções da formação, obter um posto de trabalho na associação. Recorda que eram cerca de quinze pessoas a realizar a formação de *técnica de ação educativa*, onde a grande maioria já tinha tido um contacto prévio com a associação por intermédio do grupo de jovens ou pela cresce/jardim de infância. “Muitas delas já quase nasceram aqui”, conta Doca. Apesar das chances, consegue o trabalho na associação e lá permanece durante três anos a *recibos verdes* (correspondendo a um valor mensal de 575 euros). Durante esse mesmo tempo, e sobretudo com a orientação da sua formadora, pela qual detém um grande apreço, Doca

⁵⁸ Para a maior das minhas surpresas, Doca afirma que o curso foi desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Talvez seja o destino a atuar.

consegue terminar os estudos e obter o grau de 12º ano. Afirma que o término do secundário, dentro das suas redes, é visto com enorme apreço, sendo muitas vezes retratado e partilhado por intermédio de redes sociais (ex. grupo de WhatsApp de amigos ou antigos moradores do bairro) com grande admiração e, por essa razão, Doca procura estimular as pessoas a enviarem fotos após o término do ensino/curso. Ainda, menciona que, após o término do secundário, uma alternativa ao ensino superior passa por engendrar em vários cursos de especialização ao longo da vida por forma a maximizar as suas oportunidades laborais num mundo que procura excluir⁵⁹.

No caso de Doca, findado o 12º ano e os dois cursos, inscreve-se e ganha o seu lugar na licenciatura em ação social no regime de pós-laboral. Menciona, emocionada, que durante esse mesmo período não conseguiu sequer dar um único banho ao filho (o qual ficava na associação durante o dia, permitindo assim que Doca o visse por uns instantes, e a cargo da prima durante a noite⁶⁰), demonstrando assim que o tempo era escasso e o cansaço era cumulativo. “Foi tudo graças à minha orientadora na associação”, menciona Doca. Agora, em pleno 2022, Doca é responsável pelo grupo de jovens da associação, colaborando diariamente com o ATL para as crianças mais novas. Conta que as suas *raparigas* (nome usualmente atribuído a colegas que estão na associação há menos tempo), todas elas do sexo feminino, que trabalham na associação foram alvo de uma história de vida semelhante – situações precárias ao início, algum tipo de relação com a associação durante a juventude, permanência na associação, participação da vida social no bairro e possibilidade de mobilidade social ascendente.

⁵⁹ Essa realidade foi verificável por intermédio das entrevistas realizadas para o projeto Uplift.Eu e com base nas notas registadas no diário de campo. Aqui jaz um excerto do diário de campo produzido após ouvir a história de vida de uma das senhoras presentes no café que visitei no bairro.

[NOTA #1: Acabo de sair do café [anonimizado] e tenho dificuldade em compreender a minha letra no caderno, dada a rapidez que foi necessária para apontar todas as informações. A senhora [anonimizado] já realizou mais de 10 cursos de especialização, sem equivalências, por forma a tentar melhorar a sua condição de vida. Apesar dos seus esforços, encontra-se continuamente a mudar de emprego e numa posição de precaridade laboral. Esta é uma realidade que está a ser continuamente reforçada nas entrevistas].

⁶⁰ Estas pequenas anotações que, um tanto, vão surgindo no texto, têm o objetivo de ilustrar as táticas utilizadas pelas pessoas (em particular pela Doca). Estas revelam-se de extrema importância para o entendimento de que as pessoas devem ser consideradas aquando da realização das políticas, a premissa central do presente relatório de estágio e do projeto Uplift.Eu.

CONHECIMENTO (RE)PRODUZIDO SOBRE O TERRITÓRIO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO UPLIFT.EU

A história de Doca, tal como apresentada no subcapítulo anterior, tem como objetivo principal o de dar a conhecer uma realidade que, sendo muitas vezes vivida diariamente, é comum a grande parte dos entrevistados pelo projeto Uplift.Eu. No entanto, a sua história de vida é dotada de duas particularidades que a distinguem das restantes pessoas com quem tive a oportunidade de falar/entrevistar (revelando assim a necessidade da sua incorporação no presente relatório de estágio de acesso ao campo).

Se, por um lado, Doca trabalha numa associação da Amadora (tendo adquirido uma licenciatura para o efeito) que está em contacto direto com pessoas que se encontram numa posição de vulnerabilidade social, facultando assim os contactos para que fosse possível realizar as entrevistas para o projeto, por outro Doca já foi alvo de situações de vulnerabilidade social durante a sua vida, facilitando assim a compreensão da importância de se analisar o curso de vida das pessoas para estudar a reprodução das desigualdades sociais: “Apenas através das pessoas é que se chega até às pessoas, por isso é que eu acho que vocês estão a desenvolver um trabalho importante, um trabalho com significado para as pessoas e não apenas para quem pensa sentado atrás de uma secretária”, afirma Doca.

Dada a sua natureza abrangente por parte do projeto Uplift.Eu, as abordagens utilizadas permitem uma interpretação e medição mais exata e nítida do bem-estar e da pobreza do que os métodos tradicionais, contribuindo assim para o estudo das vulnerabilidades sociais e da desigualdade. Para tal, torna-se imperativo falar com as pessoas e entrevistar os sujeitos.

A necessidade de dialogar com sujeitos ficou expressa numa conversa que tive com um outro senhor, Sr. André para efeito do presente relatório, após a realização de uma das entrevistas. Falar com os entrevistados após o término das entrevistas não é uma prática fora do comum. Aliás, afirmo, que muitas informações relevantes são apenas captadas após o término das mesmas, uma vez que o entrevistado se sente mais seguro ao saber que as suas respostas não estão a ser gravadas via áudio. Findado o guião, largada a caneta e desligado o gravador, o entrevistado altera o seu discurso, visível não apenas pelo tipo de palavras utilizadas, mas também pela ausência de tempo de pensamento de

resposta. Menciona⁶¹, “ainda bem que existem pessoas que fazem este tipo de trabalho [...]. Eu estou sempre na frente das cenas do bairro e nunca vi ninguém a perguntar pelas pessoas [...] ou quando perguntam é porque existe sempre algo escondido por trás que não querem dizer, ou vão tirar as pessoas dali ou estão à procura de alguma forma de se sentirem bem por não serem do bairro”.

O seu discurso alerta para uma realidade outrora esquecia por parte dos poderes políticos, a qual se traduz numa constante desconfiança face a projetos de natureza social destinados às pessoas, operando a par de uma permanente clivagem entre um *nós* e um *eles*. Neste caso em particular, do senhor que me revelou esta informação, é visível que são os próprios integrantes do bairro mencionado⁶² que são responsáveis pela sensação de conforto e de segurança, utilizando o bairro como mecanismo de amparo face os desafios do quotidiano. Assim, o sentimento de pertença ao bairro denuncia a relevância acrescida das sociabilidades que lá decorrem e cristalizando no espaço as recordações coletivas que daí advêm, apenas acessíveis às suas partes. Ao questionar o discurso de uma sociedade que o desvaloriza, o senhor procura alterar o estado de inferioridade sentido, intervindo na vida pública como um sujeito ativo nos processos de cocriação participativa.

Existe ainda outra situação que, existindo dentro do discurso do sujeito, deve ficar contemplada. O Sr. André menciona acima que sente que, quando as pessoas falam de facto sobre a sua condição é para se sentirem bem com o facto de não pertencerem ao bairro. Essa situação remete-nos para o tema do *evitar o mal e praticar o bem* dentro das investigações em ciências sociais. Por norma, é esperado que os investigadores minimizem o risco ou desconforto que pode advir de determinadas questões ou contextos. Aliás, em algumas circunstâncias, é, de facto, esperado que se promova o bem-estar dos sujeitos envolvidos ou que se maximizem os benefícios para um conjunto de pessoas como um todo (Tri-Council, 2003). No entanto, os investigadores, assim como os poderes políticos, nem sempre são bem-sucedidos, resultando no facto dos entrevistados deterem a sensação de que se encontram “com raiva e determinados a esfolar o próximo aspirante a investigador que procura acesso [ao terreno]” (Punch, 1986, pp. 47). Talvez fosse esta a situação do senhor, pensei.

⁶¹ Apesar do gravador já se encontrar desligado na altura em que o sujeito falou, questionei-lhe se podia retirar novamente o caderno e apontar o que ele estava a dizer. Ele concordou.

⁶² Neste caso em particular, o senhor referia-se ao bairro do casal do silva.

NOTAS SOBRE AS INVISIBILIDADES (INSTITUCIONAIS) DO CAMPO

No final da conversa com Doca houve uma condição que se tornou evidente: Já estava farta e cansada de realizar sempre o mesmo trabalho na associação. O problema, segundo o seu entendimento, nada estava relacionado com a associação *per si*, mas antes na aceção geral, partilhado pelas suas raparigas, de que ainda existe algo *em falta*. Ora, os sentidos apurados do cientista social, face este tipo de inquietação, não podem faltar e por essa razão questionei, quase de forma automática e sem pensar, o que estava, de facto, em falta. “Podia fazer-se muito mais [...] acho que as instituições se acomodaram um bocadinho [...] recebem os apoios e na parte da distribuição fazem como querem”, afirma. “A tutela também não vai fazer o acompanhamento como deve ser e eu acho que queria fazer um trabalho assim do género, na parte do acompanhamento social”, menciona logo de seguida.

Desconhecendo a realidade institucional que Doca procurava, a todo o custo, evitar invocar, utilizei a *técnica do reflexo* anteriormente mencionada para explorar a progressiva ressalva que se estava a forjar mesmo há minha frente. Espantada pelo meu desconhecimento, Doca revela que a maioria dos projetos sociais dentro dos bairros da Amadora funcionam apenas de três em três anos e que, como tal, as pessoas envolvidas não conseguem obter um rendimento fixo por mais tempo. Menciona que teria todo o gosto em trabalhar noutros bairros sociais e oferece o seu exemplo com o P.E.R. do bairro 6 de maio: “Quando aconteceu o realojamento o bairro foi completamente separado. As pessoas foram colocadas em vários locais, mas isso não é suficiente, porque depois as pessoas do bairro não conhecem as condutas dos outros locais [...], perdem o ânimo e os objetivos. Era isso que eu gostava de fazer agora, falar com os miúdos e colocar-lhes objetivos de vida tal como me colocaram a mim, mas ninguém pode fazer isso se souber que daqui a pouco tempo fica sem trabalho porque o projeto acaba”.

Apesar de reconhecer a importância da qual se revestem as associações que prestam auxílio direto à população em situação de vulnerabilidade social, identifica a existência de preconceitos, racismo e de discriminação para com os bairros como algumas das razões pelos quais as dificuldades perduram⁶³. Essas condições induzem

⁶³ Deve ser acrescentado um comentário que foi registado em forma de nota no diário de campo.

[NOTA #2: Enquanto esperava pelo segundo entrevistado (o qual estava atrasado) o segurança da [anonimizado] dirigiu-se até mim e perguntou-me o que estava a fazer. Depois de falar algum tempo com o senhor, ele não demonstrou estar convencido de que o projeto mudaria algo. Indica que vão sempre

características nefastas no próprio bairro, tendo um impacto direto nas possibilidades de mobilidade social ascendente por parte dos indivíduos. Afirma, “isso é grave porque o estudar, aqui, não passa do 9º ano. A faculdade não existe para os bairros [...] tinha uma colega que queria fazer a faculdade e as pessoas do bairro [*imita a voz das pessoas do bairro*] aí, tem a mania que é esperta, olha esta que tem a mania que é branca”. Verifica a extensão da discriminação, traduzida sobre o eixo da vulnerabilidade, nas próprias crianças que por lá passam ao afirmar que “notamos que existe uma proteção por parte das famílias brancas, começando desde muito cedo com a sua inclusão em várias atividades. Os pais estão a prepará-los para a vida académica e profissional. A nossa insistência vem muito por aí, porque vemos que as pessoas vão para a escola porque têm de ir e porque é uma ajuda enquanto os pais trabalham [...] Continua a haver o estigma que há coisas para brancos e coisas para pretos”.

Doca acrescenta ainda que, relativamente ao do papel das instituições, “não é apenas ter uma instituição que leva os miúdos para o cinema, para a praia, tem de haver mais trabalho de terreno, de cruzamento de pessoas”. Por forma a aludir a essa sensação de que está algo em falta, Doca diz que as instituições recebem apoios e participações do estado, mas que depois não existe nenhuma entidade que acompanhe o processo para o qual concorreram. Acrescenta ainda que se as instituições realizarem apenas cinco das quinze atividades propostas já existe material suficiente para justificar a atribuição do dinheiro às instituições e mostrar que se está a fazer algo para os jovens e que, no seu olhar, essa não é a abordagem correta.

Ao mencionar que verifiquei alguma resistência em campo por parte das associações/entidades, Doca não se demonstra admirada. É, pois, uma realidade bastante vincada que ela própria sente. Confirma que é muito complicado realizar trabalhos ou projetos em conjunto, uma vez que “parece que todas procuram o seu lugar ao sol”, afirma. Com esse excerto Doca não quer dizer que as associações que operam em campo são, de alguma forma, descabidas ou que não sabem o que fazem. É exatamente o contrário. As associações/entidades detêm recursos bastante limitados para o que procuram fazer (resultando, muitas vezes, no que foi acima mencionado), tornando muito difícil o trabalho em conjunto. Ainda, afirma que isso acontece porque a C.M.A. não

existir pessoas pobres, sendo ele uma delas, para que a sociedade possa funcionar. Sem elas, ninguém fazia os trabalhos que ninguém mais quer fazer (indica alguns exemplos), por isso tem de existir um *gap* entre as pessoas pobre e as ricas. Assim, é do interesse dos ricos que os pobres sejam pobres, por isso o projeto não vai mudar nada. Apesar de deter uma conotação bastante negativa, a sua intervenção foi interessante].

oferece os meios para partilhar os recursos com as redes do bairro. Oferece o exemplo do pequeno campo de football que, por vezes, alugam à C.M.A. para realizar atividades sociais. Menciona que as associações recebem os fundos da C.M.A., mas que, depois, têm de utilizar esses mesmo fundos para alugar espaços à C.M.A. Sentem-se, pois, dentro de uma bolha onde recebem dinheiro para pagar a quem lhe paga.

Quando questionada sobre as modalidades de seleção das associações por parte dos sujeitos integrantes do bairro, Doca revela que as pessoas do bairro recorrem à associação por intermédio do que estas ouvem no bairro e nas redes de vizinhança. Acrescenta ainda que o papel desempenhado pelas técnicas e pelos técnicos se reveste de uma enorme importância para o funcionamento orgânico do bairro, oferecendo expectativas e “prospetivas” futuras aos jovens. Esse contacto, dotado de um teor personalizado para com os sujeitos, leva a que estes nunca percam verdadeiramente o contacto com a associação, participando nas suas atividades e nas do bairro.

A confrontação com períodos de crise, nomeadamente com a crise pandémica de COVID-19, para meu espanto, não foi alvo de muita reflexão por parte de Doca e das outras pessoas com as quais tive oportunidade de falar. Doca menciona que, com a chegada da pandemia, houve, de facto, alguns pais que retiram os seus filhos da associação, mas que essa não foi a regra geral. Isso deveu-se ao facto de, mesmo antes da pandemia, os pais já retirarem os filhos da associação a partir do momento em tinham de pagar mais dinheiro para as manter lá e que, desde que foi trabalhar para o bairro, reconhece que os pais apenas colocam os filhos nas modalidades gratuitas. Trata-se, pois, de uma estratégia/tática identificada por parte da informante privilegiada, onde menciona que, durante períodos de crise, muitas das redes de auxílio locais, fortemente cristalizadas, operam *sem grandes problemas adicionais*⁶⁴ devido à sua experiência em campo.

INVESTIGAÇÃO NUM TERRENO DE DISCURSO POLARIZADO

As incursões no terreno revelaram, desde o início, uma grande dificuldade, a qual tive oportunidade de descrever nos primeiros capítulos do presente relatório de estágio.

⁶⁴ O uso desta expressão não procura diminuir as situações enfrentadas. Antes, procura dar a conhecer que, dado o carácter recorrente das crises diárias e das situações de vulnerabilidade, os atores do bairro conseguem mobilizar os seus recursos da melhor forma, acionando redes de contactos previamente conhecidos por estes. Ora, o mesmo não pode ser dito de uma pessoa que viva na cidade e que se veja confrontado com uma situação de crise pois não tem esses conhecimentos de redes.

Eu procurava conhecer as situações de vulnerabilidade social da Amadora, no entanto a sua presença não me deixava conhecê-las⁶⁵. Para tal, o projeto Uplift. Eu sugeri que os investigadores recrutassem possíveis entrevistados em bairros segregados, escolas envolvidas em programas específicos ao combate do insucesso escolar e abandono escolar precoce, projetos específicos de combate à exclusão social e formas de registo do sistema de assistência social. Uma vez que o CESIS fazia parte do Conselho Local de Ação Social da Amadora encontrava-se ligado a várias associações/entidades, escolas, centros de emprego, etc, que podiam ser acionadas para agendar potenciais entrevistas. Ora, mas mesmo após a realização das entrevistas e de, a cargo pessoal, acionar outras metodologias, ainda sentia a existência de uma sensação de desconfiança por parte das pessoas que, conhecendo o meu papel no terreno, me observavam. Dado o carácter politizado da situação que procurava conhecer, e a permanente sensação de desconfiança, levei muito tempo a estabelecer um elo de confiança que me permitisse aceder a informações como as de, por exemplo, Doca. Senti-me, por várias vezes, testado em relação às minhas verdadeiras intenções e aos motivos da minha presença no terreno. Como resultado, nem sempre foi fácil de estabelecer uma ligação com todas as pessoas com quem falei.

Era, nas primeiras incursões, constantemente recordado pelos meus informantes de que eu estava a ser *tolerado* por forma entrar em determinados locais, uns certamente com uma maior afinidade. A minha ida ao terreno, e inclusive, as histórias de vida que me foram contadas em, por exemplo, cafés, estavam a ser ditadas pelos informantes e que nem sempre estavam disponíveis para adotar o papel de informante. O meu papel era, pois, constantemente objeto de negociação. Eu estava nos cafés, nas associações e na rua com um discurso de técnico com o apoio formal da C.M.A., fazendo com que as primeiras respostas que obtivesse estivessem envolvidas, um tanto se não um quanto, num discurso construído sobre as relações sociais de observação. Esse foi o caso de uma senhora que residia no bairro do zambujal e que me concebeu uns minutos de conversa. Eu não procurava aplicar o guião de entrevista, dado que procurava conhecer a sua história de vida para a realização do presente relatório, e isso foi de estranhar por parte da senhora (que certamente já devia ter tido contacto com alguém que a tinha informado de que eu estava a realizar entrevistas dentro das associações/entidades). Logo nos primeiros

⁶⁵ Uma vez que isso apenas é possível a partir do momento em que se faz parte integrante ou se conhece com um grande grau de proximidade.

minutos, ela pergunta-me “então, mas não tenho nada para assinar? Olha que eu assino já!” (referindo-se ao termo de consentimento informado por mim utilizado nas entrevistas). Disse-lhe que não e continuei a ouvir o seu discurso que, até então, me parecia dentro dos moldes esperados. No entanto, com o tempo, começo a notar, tal como as notas do diário de campo permitem ilustrar⁶⁶, que o discurso se encontra revestido numa tentação de manutenção dos seus benefícios sociais. A senhora, ao saber que eu me encontrava a realizar as entrevistas sobre áreas como o emprego e a escolaridade, assumiu que eu fazia parte do IEFP.IP e estava a tentar provar, afincadamente, que se encontrava ativamente há procura de trabalho (condição necessária para a manutenção do subsídio de desemprego). Assim, no discurso pré-fabricado, a senhora indicava todos os locais onde tinha entregado o seu currículo nos últimos tempos, mas que ainda não tinha sido chamada para nenhum dos empregos. Parecia-me evidente que, numa primeira fase, eu estava a ser mais observado do que observador. Em suma, só depois de ir ao terreno múltiplas vezes é que passei a ser dissociado do papel de técnico do IEFP.IP e passei a ser uma pessoa que procurava conhecer as pessoas, facilitando assim as minhas incursões revelando assim a importância acrescida das relações sociais de observação.

Algumas foram as pessoas que se demonstraram incomodadas com a minha presença no terreno, desconhecendo o objetivo por detrás da minha incursão. Assim, várias foram as entrevistas agendadas e que não foram realizadas porque as pessoas não compareceram no local e na hora indicados, deixando-me *pendurado*. Por esta razão, muitas vezes o processo revelou-se ser esgotante e várias foram as situações em que (me) questionei sobre a legitimidade da minha presença no terreno. Ainda, a existência de algumas inconsistências discursivas⁶⁷ por parte de algumas pessoas levaram-me a questionar a relativa honestidade de alguns informantes, não apenas durante as nossas conversas, mas também durante as entrevistas gravadas em áudio. No entanto, foram casos como o da senhora descrito acima que tornaram evidente que não podia ignorar o contexto que abrangia as relações sociais de observação. O silêncio, bem como a renúncia

⁶⁶ *NOTA #3:* Ao sair da associação [anonimizado] encontrei uma senhora a fumar no parapeito da janela de um rés do chão e perguntei se podia falar um bocadinho com ela, fazendo com que ela respondesse de forma positiva bastante rápido. Com o decorrer da conversa, apercebo-me de que a senhora deve pensar que represento o IEFP.IP e que procuro saber se as pessoas, detentoras de benefícios sociais, se encontram ativamente há procura de emprego, condição essa estritamente necessária para a manutenção do contrato CEI e CEI+ por forma a receber o subsídio de desemprego. Não tenho a certeza se a senhora compreendeu o objetivo da nossa conversa.

⁶⁷ É exemplo uma senhora que mencionou nunca ter trabalhado, mas que ganhava dinheiro a vender pequenos artigos nas ruas.

da entrevista depois do seu agendamento, consistiam em estratégias/táticas importantes. Ainda relativamente a este contexto, deve ser alvo de atenção que, se em alguns casos a minha posição se revelou limitadora, noutros ela revelou-se favorável. É o caso da minha idade. Se, por um lado, a minha idade, assim como sugerido pelo projeto, tornava-me pouco ameaçador, por outro, podia também não ser considerado digno de atenção por isso⁶⁸. Foi através do contacto direto que, gradualmente, fui ganhando a confiança dos atores sociais.

⁶⁸ Creio ser certo dizer que houve partes das histórias de vida que foram, propositadamente, omissas.

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTÁGIO

O presente capítulo tem como finalidade encerrar um longo processo que, tomado a cargo do estágio, tive oportunidade de viver. Como tem vindo a ser feito ao longo do presente relatório de estágio, torna-se imperativo utilizar uma abordagem crítica ao processo por forma a ser possível tecer considerações a respeito do mesmo. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes, cuja importância deve ficar retida, através do esboço de algumas reflexões críticas e, ainda, do meu envolvimento pessoal enquanto parte integrante do mundo das ciências sociais.

BREVES REFLEXÕES CRÍTICAS

As críticas aqui presentes correspondem a formas, modalidades ou até mesmo situações que, tomadas a cargo dos investigadores, são alvo de melhoria. Estas tomam diversas formas, englobando as várias fases da investigação, circulando em torno da aplicação e construção problemática com base na bibliografia, mas também com base na experiência que, por intermédio da prática, tive oportunidade de adquirir. Em seguida são apresentadas três críticas que se encontram ordenadas do geral para o particular.

Em primeiro lugar deve ser destacada a relevância da literatura. Dentro do projeto, e em especial dentro de projetos de elevadas dimensões, a literatura deve, pois, tecer os contornos do objeto que se procura estudar. Neste caso, o projeto realiza essa tarefa, no entanto, a minha perceção foi a de que estava em falta um olhar crítico em torno das desigualdades territoriais, atribuindo apenas um papel fluido, proveniente das teorias da modernidade tardia, aos territórios. Talvez se deva, questione, ao meu entendimento em torno dos estudos urbanos. Remeto para o esclarecimento a distinção entre aquilo que são as *desigualdades no território* e, por oposição, aquilo que são as *desigualdades de base territorial*.

As desigualdades no território correspondem a uma distribuição geograficamente assimétrica dentro de um determinado espaço, a qual pode tomar várias escalas (ex. distribuição desigual da geografia da população num determinado local, taxa de desemprego num país ou até mesmo riqueza a nível mundial). Trata-se, pois, de uma tarefa de mapear de uma forma ampla e panorâmica a repartição de um determinado

fenómeno através da sua geografia e, depois, identificar os padrões e as modalidades de concentração ou dispersão espacial. Isso torna possível inferir relações de associação (de natureza estatística ou não) que relacionam a distribuição geográfica de determinados aspetos com as trajetórias de convergência ou divergência entre os territórios. Por sua vez, as desigualdades de base territorial detêm um olhar distinto, através da utilização de uma perspetiva sistémica que se inicia dentro das comunidades e que se desenrola no território. Aqui, não se faz referência a distribuições desiguais, mas antes a condições desiguais de base territorial (ex. acesso a determinadas oportunidades de vida). Corresponde a uma visão que permite que os aspetos locais (habitação, educação e emprego) interajam entre si e, de forma recíproca, condicionem ou forjem oportunidades. Parte, pois, de uma perspetiva de promoção do desenvolvimento local e da justiça espacial, diferenciando-se da luta contra as distribuições geográficas e coesão territorial. Ambas estas conceções são importantes, no entanto, dado a sua natureza, não devem ser misturadas e devem ser utilizadas com cautela.

Uma outra forma de crítica remete-nos para as entrevistas realizadas. Mais especificamente, remete-nos para os critérios de seleção das pessoas a entrevistar. Apesar do foco principal corresponder a jovens em situação de vulnerabilidade social, a incorporação de jovens com idades contempladas entre os 15-18 revelou ser alvo de uma tarefa acrescida de escrutínio de informação. Assim, ao definir o grupo-alvo como sujeitos dos 15 até aos 29 (e dos 30 aos 43), a tarefa do investigador tornou-se mais difícil. Isso deve-se ao facto de, tal como ficou assente na realização das entrevistas aos jovens que tinham entre os 15 e os 18 anos, a maioria não conhecer algumas das condições necessárias para responder de forma satisfatória às questões que se encontravam no guião. São exemplos, pelo menos, quatro entrevistas a jovens que tinham 15, 17, 18 e 18 anos, onde os jovens: i) nunca tinham trabalhado, invalidando assim um terço do guião e das questões destinadas ao emprego; ii) desconhecerem a sua situação habitacional, não conhecendo se as habitações são próprias, arrendadas ou cedidas ou até mesmo a história da casa; iii) não sabiam o que queriam fazer no futuro porque ainda se encontravam a estudar e ainda não tinham pensado nisso, invalidando algumas perguntas na área da educação; Em suma, as três áreas principais (emprego, habitação e educação) ficaram comprometidas, fazendo com que a quantidade de dados fosse reduzida e que o gravador áudio marcasse apenas entrevistas de 20 minutos (por oposição às restantes de quase duas horas).

ENVOLVIMENTO PESSOAL E RELEVÂNCIA

A possibilidade de realização de um estágio no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social revelou-se irresistível. Qualquer tipo de pensamento que orbitasse em torno do envolvimento em projetos de investigação internacionais de larga escala não passavam, até então, de um sonho. Apesar de tudo, e incluindo aqui os desafios institucionais fortemente cristalizados por parte de algumas entidades diretamente relacionadas com o estágio, não vejo qualquer motivo para não me deixar seduzir (uma vez mais) por essa possibilidade. Como tal, recorri a todos os meios que se encontravam ao meu alcance para ver realizado do estágio. Falei com o Doutor. Pedro Perista, com o Doutor. João Pedro Nunes e, por fim, com o próprio ISCTE-IUL, o estágio estava pronto para ser iniciado. Tinha, então, um papel dentro da investigação em ciências sociais, por certo iniciado com o mestrado.

Ver satisfeitas todas as tarefas e objetivos do estágio não foi uma tarefa de fácil demanda, no entanto, se assim fosse, certamente não adquiriria o sentimento que agora detenho em mim de satisfação para com o meu percurso. Ao longo do processo oscilei, de forma alternada, entre um jogo de papeis, ora aspirante a investigador na área das ciências sociais, ora enquanto pessoa, membro de uma determinada sociedade. Apesar de tudo, a motivação inicial era a mesma: Investigação. Ia para o campo compreender o processo de investigação, no entanto, assim que caí no campo por lá fiquei, questionando tudo e todos os que por lá passavam, fazendo com que, durante algum tempo, a investigação se resumisse ao contacto e estabelecimento de relações com potenciais pessoas a entrevistar. Quando se pisa o campo, quer seja por intermédio do contacto ou da observação sistemática, obtém-se informações particulares para a captação da realidade social, em especial quando se procura tornar objetiva a subjetividade inscrita nos corpos.

Com o tempo, o meu campo foi-se precisando, juntando todos os pontos de uma linha, resultando assim no presente relatório de estágio que, na sua definição, é sobre ganhar o acesso ao terreno e dar voz às pessoas. Não se pode prescindir das vozes sob pena de se ficar prisioneiro de um iluminismo estatal, por certo bem-intencionado, e de um voluntarismo local, demasiado crédulo quanto à capacidade transformadora de determinados aspetos da realidade social. Apesar de grande parte das informações levantadas no terreno incidirem sobre múltiplos temas que, infelizmente, não me é

possível explorar aqui (podendo depois servir como ponto de partida para outras produções), faço votos para que o relatório contribua para a construção de uma ciência social cada vez mais social e humana. O relatório é, pois, uma forma de apresentação das experiências por mim vividas durante 10 meses num centro de investigação, ilustrando de igual forma algumas das peripécias que acompanharam o processo. Esta mesma reflexão sobre os processos (e no final, uma reflexão sobre mim mesmo) segue um modelo habitual de exposição que lidera a investigação empírica, sobrepondo as narrativas, as informações, os apontamentos e reflexões da minha passagem pelo CESIS. Ora, na verdade, os “atos de pesquisa são também eles práticas sociais” (Costa, Guerreiro, 1984).

BIBLIOGRAFIA

- Alsaawi, Ali. (2014), *A critical review of qualitative interviews*. European journal of business and social sciences, vol. 3, nº. 4, pp 149-156.
- Angrosino, Michael (2012), *Etnografía y Observación Participante en Investigación Cualitativa*, Madrid: Morata.
- Banki, Susan (2013), *Prearity of Place: a complement to the growing precariat literature*, Paper presented at the Power and Justice in the Contemporary World Conference 9 August 2013, New York, NY
- Barbosa, Carlos (2006), *Vozes e olhares de fronteira: os filhos de imigrantes cabo-verdianos nos bairros Alto da Cova da Moura e 6 de Maio*, Tese de Mestrado em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – FEUC.
- Bauman, Zygmunt (2007), *Tempos líquidos*, Rio de Janeiro.
- Baztán, Ángel. (1995), *Etnografía*. In Ángel. Baztán (ed), *Etnografía: metodología cualitativa en la investigación sociocultural*. Barcelona: Marcombo. pp. 3-20.
- Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (1994), *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Stanford University Press.
- Bernard, Harvey (1988), *Research Methods in Cultural Anthropology*. Sage, Newbury Park.
- Bertaux, Daniel (1980), *L'Approche Biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités*, Cahiers Internationaux de Sociologie, vol. LXIX, pp. 197-225.
- Bertaux, Daniel (1997) *Les Récits de Vie*, Paris: Editions Nathan.
- Bourdieu, Pierre (1968), *Structuralism and Theory of Sociological Knowledge*. Social Research, 35.
- Bourdieu, Pierre (1991), *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, Pierre (1994), “Esboço de uma Teoria da Prática”. Em: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo: Editora Ática, n. 39, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*, éditions du seuil.
- Bryman, Alan (2008), *Social research methods*. Oxford university press.
- Cachado, Rita (2013), *O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, Político e Social*. *Análise Social*, 48 (206), pp. 134-152.
- Cardoso, Ana e Heloísa Perista (1994), *A cidade esquecida: Pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Sociologia, Problemas e Práticas, nº15, pp. 99-111.

- Carvalho, José Ricardo (2008), *Do Bidonville ao Arrastão – Media, Minorias e Etnicização*, Lisboa, ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Castells, Manuel (1996), *The rise of the network society*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Certeau, Michel de (1984), *The practice of the everyday life*, University of California Press, Berkeley.
- Christophers, Brett (2018), *Intergenerational Inequality? Labour, Capital, and Housing through the ages*, *Antipode* 50(1): 101–121.
- Chung, Heejung, Sonja Bekker e Hester Houwing (2012), *Young people and the post-recession labour market in the context of Europe 2020*, *Transfer* 18(3): 301–317.
- Costa, António e Maria Guerreiro (1984), *O trágico e o contraste*, D. Quixote.
- Coulon, Alan (1995), *Etnometodologia e Educação*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, Vozes.
- De Graaf-Zijl, Marloes, Gerard Van den Berg e Arjan Heyma (2011), *Stepping stones for the unemployed: the effect of temporary jobs on the duration until (regular) work*, *Journal of Population Economics* 24(1): 107-139.
- DeWalt, Kathleen e Billie DeWalt (2002), *Participant observation: A guide for fieldworkers*, Walnut Creek, CA: AltaMira.
- Dörnyei, Zoltán (2007), *Research methods in applied linguistics: Quantitative, qualitative, and mixed methodologies*. Oxford University Press Oxford.
- Duarte, Rosália (2002), *Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo*. Cadernos de Pesquisa, nº 115, pp. 139-154.
- Ferreira, Ana (2021), “Mais pobres ficam ainda mais vulneráveis com a pandemia”, *Jornal Sábado* (online). Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/mais-pobres-ficaram-ainda-mais-vulneraveis-com-a-pandemia>.
- Frankowski, Andrea; Martijn Stenn, Daphne Bressers, Martin Schilz, Claire Shewbridge, Marc Fuster e Rien Rouw (2018), *Dilemmas of central governance and distributed autonomy in education*, OECD Education working papers, nº 189.
- Galster, George (2012), *The mechanism(s) of neighbourhood effects: theory, evidence, and policy implications*. In M. van Ham, D. Manley, N. Bailey, L. Simpson, & D. Maclennan (Eds.), *Neighbourhood Effects Research: New Perspectives* (pp. 23-56)

- Galster, George e Patrick Sharkey (2017), *Spatial Foundations of Inequality: A Conceptual Model and Empirical Overview*, The Russell Sage Foundation, Journal of the Social Sciences, Vol. III, nº 2.
- Galster, George e Sean Killen (1995), *The geography of metropolitan opportunity: A recon- naissance and conceptual framework*. Housing Policy Debate, 6(1), 7–43.
- Gaspar, Jorge (1987), *Ocupação e organização do espaço – retrospectiva e tendências*, Portugal – Os próximos 20 anos, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaulejac, Vincent (2005), *Historia e historicidade*, em: Gaulejac, Vincent; Marquez, s. r.; Ruiz, E. T. (orgs.). *Historia de vida: psicoanálisis y sociología clínica*. México: Edición de la Universidad Autónoma de Querétaro.
- Geertz, Clifford (1973), *Thick description: toward an interpretive theory of culture*, Barcelona. Gedisa, nº7, pp. 19-40.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1978), *comment interroger? les entretiens*. Em: Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Benjamin, les enquêtes sociologiques: théories et pratiques. paris: armand colin, p. 57-92.
- Giraldes, Manuel (2002), “Centro Social Bairro 6 de Maio: Uma brecha no Muro”, em Gente Solidária, Além Mar, (Online) Disponível em: <http://www.alemmar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFAkkZAVEbxNXXHIP>
- Glaser, Barney (1978), *Theoretical sensitivity: Advances in the methodology of grounded theory*. Sociology Press, Mill Valley.
- Glaser, Barney e Anselm Strauss (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Mill Valley, CA: Sociology Press.
- Góis, Pedro (2008), *Entre Janus e Hydra de Lema: As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal*, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa, ACIDI, pp. 9-24.
- Gold, Raymond (1997), *The ethnographic method in sociology*, Qualitative Inquiry, vol. 3.
- Guest, Greg, Arwen Bunce e Laura Johnson (2006), *How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability*, Field methods, 18(1), pp. 59-82.
- Hammersley, Martyn e Paul Atkinson (1983), *Ethnography: Principles in practice*. London: Tavistock.
- Harisson, Barbara (2008), *Life story research*, Vol. I, Sage publications.

Hochstenbach, Cody (2018), *Spatializing the intergenerational transmission of inequalities: Parental wealth, residential segregation, and urban inequality*, Environment and Planning: Economy and Space, Vol. 50, Issue 3.

Holton, Robert (1987), *The Idea of Crisis in Modern Society*, The British Journal of Sociology, 38 (4), 502–520.

Ingold, Tim (2006), *Foreword*, em Alan Barnard, Social Anthropology – Investigating Human Social Life, Albergele: Studymates.

Kaufmann, Jean-Claude (1996), *L'Entretien Compréhensif*, Paris : Éditions Nathan.

Lalanda, Piedade (1998), *Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica*, Análise Social, 148, pp. 871-883.

LeCompte, Margaret e Judith Preissle (1993), *Ethnography and Qualitative Design in Educational Research* (2nd ed.). New York: Academic Press.

Lewis, Oscar (1973), *Os Filhos de Sánchez*, Lisboa, Moraes.

Lieberman, Evan (2005), *Nested analysis as a mixed-method strategy for comparative research*, The American Political Science Review, Vol. 99, nº 3.

Longstaff, Patricia; Nicholas Armstrong, Keli Perrin, Whitney May Parker e Matthew Hidek (2010), *Building Resilient Communities: A Preliminary Framework for Assessment*, Homeland security affairs, VI(3), 1-23.

Luz, Paula (2022), “Mulheres, jovens e os mais pobres: as grandes vítimas da pandemia”, Diário de Notícias (online). Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/mulheres-jovens-e-os-mais-pobres-as-grandes-vitimas-da-pandemia-14892266.html>

Machado, Fernando Luís (1994), *Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade*, Sociologia, Problemas e Práticas, 16, pp. 111-134.

Magnus, Tiago (2020), “Indústria 4.0: A quarta revolução industrial”. Transformação Digital, Flórida-nópolis, 8 dez. 2017. Disponível em: <https://transformacaodigital.com/transformacao-digital/industria-4-0/>.

Malinowski, Bronislaw (1950), *Argonauts of the western Pacific*, New York: E. P. Dutton.

Marchante, Rafael (2022), “Pandemia agravou risco de pobreza e exclusão social em Portugal”, RTP Notícias (online). Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/pandemia-agravou-risco-de-pobreza-e-exclusao-social-em-portugal_n1440190.

Maroy, Christian (1997), *A análise qualitativa de entrevistas*, Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais (pp. 117-155). Lisboa: Gradiva.

- Mccall, George (2006), *The Fieldwork Tradition*, pp. 3-21 in Dick Hobbs and Richard Wright, editors, *The Sage Handbook of Fieldwork*. London: Sage.
- McCall, George e Jerry Simmons (1969), *Issues in participant observation: A text and Reader*.
- Measor, Lynda (1985), *Interviewing: a strategy in qualitative research*, em Burgess (eds.) *Strategies of Educational Research*, Londres, Falmer Press.
- Medgyesi Márton (2018), *Inequality of Outcomes and Opportunities Among the Young*, Em: Carmo R, Rio C, Medgyesi M (eds) *Reducing Inequalities*. Palgrave Macmillan, Cham.
- Mendes, Paulo e Humberto Martins (2015), “Objetivação participante e escolha do terreno”, *Análise Social*, 217 (4).
- Mills, Wright (1959), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Moreira, Carlos (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: ISCSP.
- Oakley Ann (1986), *Feminism, motherhood and medicine - Who cares?*, em Mitchell J., Oakley A. (eds) *What is Feminism?* Oxford: Basil Blackwell, pp.127-150.
- Oakley, Ann (1981), *Interviewing women: a contradiction in terms*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Organização Internacional do Trabalho (2012), “Guia para a formulação de políticas nacionais de emprego”, Geneva.
- Peixoto, João (2008), *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes*, *Migrações*, 2, pp. 19-46.
- Polanyi, Karl (1944), *The Great Transformation: Economic and Political Origins of Our Time*, New York: Rinehart.
- Portes, Alejandro (org.) (1995), *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- Punch, Maurice (1986), *The Politics and Ethics of Fieldwork: Qualitative Research Methods*, Vol. 3, Sage, London.
- Quivy, Raymond e Luc Champenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.
- Robson, Colin (2011), *Real world research: a resource for users of social research methods in applied settings*. Wiley Chichester.
- Ruquoy, Danielle (1997), *Situação de entrevista e estratégia do entrevistador*. Práticas e métodos de investigação em ciências sociais, (pp. 84-116). Lisboa: Edições Gradiva.

Saint Maurice, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Santinho, Cristina (2016), *Dilemas e desafios do trabalho de campo em contextos institucionais*, em *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*, orgs. Humberto Martins e Paulo Mendes, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

Santos, Filomena (2012), *Perfis de Coabitação em Portugal*, *Forum Sociológico*, 21, pp. 117-126.

Santos, Filomena (2014), *Pesquisa Qualitativa: o debate em torno de algumas questões metodológicas*, *Revista Angolana de Sociologia*.

Sarró, Ramon e Antónia Lima (2006), *Introdução. Já dizia Malinowski; sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica*, em *Terrenos Metropolitanos: Ensaio sobre a produção Etnográfica*, orgs. Antónia Lima e Ramon Sarró, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sassen, Saskia (1998), *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.

Schatzman, Leonard e Strauss Anselm (1973), *Field Research: Strategies for a Natural Sociology*. Englewood Cliffs (N.J.): Prentice-Hall.

Schensul, Schensul; Jean Schensul e Margaret LeCompte (1999), *Wicke essential ethnographic methods*. London: Altamira Press.

Schulze, Elizabeth (2019), “Everything You Need to Know About the Fourth Industrial Revolution”, (Online) Disponível em: <https://www.cnbc.com/2019/01/16/fourth-industrial-revolution-explained-davos-2019.html>.

Schwab, Klaus (2016), *A quarta revolução industrial*, Trad. Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro.

Seidman, Irving. (2012), *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences*. Teachers college press.

Silva, Manuela et al (1989), *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas/CRC.

Standing, Guy (2018), *The Precariat: The New Dangerous Class*, London: Bloomsbury.

Tri-Council (Medical Research Council of Canada, National Science and Engineering Research Council of Canada, Social Sciences and Humanities Research Council of Canada) (2003), *Policy Statement: Ethical Conduct for Research Involving Humans*, Ottawa: Public Works and Government Services.

Wacquant, Loïc (2005), *Race as civic felony*, *International Social Science Journal*, 181 (Primavera), pp. 127-142

Wacquant, Loic (2006), *Seguindo Pierre Bourdieu no campo*, Revista Sociol. Polít., Curitiba, nº 26.

Whyte, William (1954), *Street Corner Society*, Chicago: University of Chicago Press.

ANEXOS

Fig. I: Capítulo da metodologia publicado no relatório de síntese. Fonte: Relatório de síntese.

UPLIFT (870698)
Deliverable 2.4
Synthesis report: socioeconomic inequalities in different urban contexts



2 Methodology

This chapter focuses on the methodological aspects of the 16 urban reports which constituted deliverable 2.2 of UPLIFT.⁶ Each report examined the scales and dimensions of inequality affecting the young population on the respective functional urban area (FUA) under study. These were (in alphabetical order) Amadora (Portugal), Amsterdam (The Netherlands), Barakaldo (Spain), Belfast (United Kingdom), Bologna (Italy), Boriänge (Sweden), Bratislava (Slovakia), Chemnitz (Germany), Corby (United Kingdom), Leuven (Belgium), Łódź (Poland), Lom (Bulgaria), Mulhouse (France), Pécs (Hungary), Sfântu Gheorghe (Romania), and Tallinn (Estonia). The purpose of the urban reports was to understand how the drivers of socio-economic inequality operate in the local context, as well as the role of political measures in aggravating or reducing the impacts of inequality on the urban youth. Therefore, particular attention was paid to the room for actions of local policies and the manners in which policymakers and stakeholders conceptualise and respond to the existing challenges. This corresponds to the meso-level analysis in the UPLIFT project, i.e. between the macro-level analysis of inequality drivers (the focus of WP1) and the micro-level analysis of individual behaviour and strategy (the focus of WP3).

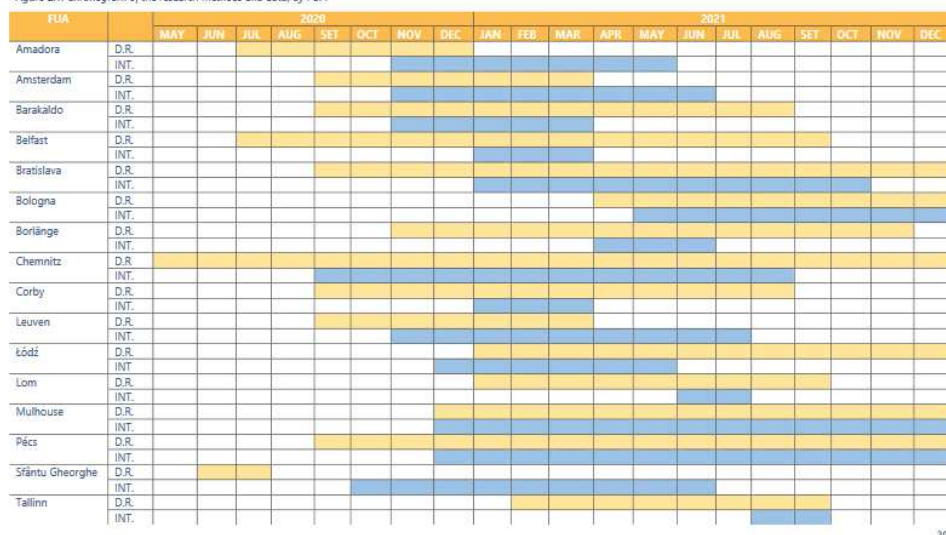
In this sense, all urban reports contain desk research and interviews with various actors in order to expand the data collection and analysis, while still building on previous deliverables of the UPLIFT project.

2.1 Research methods and data

Regarding desk research (D.R.), data was collected in the period between June 2020 and December 2021 (with different time periods for each urban report, as seen in Figure 2.1), with the aim of collecting and organising relevant literature with analysis of the scientific publications, analysis of statistical data using publicly available statistical databases, and grey literature (master's and doctoral dissertations, newspaper articles and governmental and other official publications) on four thematic areas: Education, Employment, Housing and an additional area of choice. When it comes to the interviews (INT.), they were conducted in the period between October 2020 and December 2021, again with different time periods for each urban report.

⁶ The urban reports are available at: <https://www.uplift-youth.eu/research-policy/official-deliverables>

Figure 2.1: Chronogram of the research methods and data, by FUA



The persons that were interviewed were selected for their relevant knowledge and experience in the FUAs, ensuring a combination of points of view from public officials and members of non-governmental organisations (NGOs) to enable a critical assessment of social developments and policy impacts. With that being said, there were a total of 128 interviews for all the urban reports, varying from 5 to 12 interviews per FUA. Additionally, some urban reports disaggregated the interviewees by sex (Figure 2.2). It should also be mentioned that more women were interviewed, when considered the sex individually. Also, some of the urban reports also mentioned the level of the expertise of the interviewees and, in most cases, the local and national level were privileged, as they hold the positions showed in Figure 2.3. In this way it was possible to reach some information that would be hidden otherwise.

Figure 2.2: Number of interviewees by sex and by FUA

FUA	Men	Women	Total
Amadora	2	6	8
Amsterdam	2	6	8
Barakaldo	4	6	10
Belfast	2	6	8
Bratislava	6	5	11
Bologna	3	6	9
Borlänge	6	5	11
Corby	3	4	7
Leuven	2	3	5
Łódź	3	6	9
Lom	2	5	8
Mulhouse	3	3	6
Pécs	4	8	12
Sfântu Gheorghe	5	3	8
Tallinn	4	4	8

Source: Self-elaboration on the basis of UPLIFT urban reports

Figure 2.3: Positions held by the interviewees, by FUA

FUA	Public sector	NGOs, Foundations	Others	Total
Amadora	4	4	0	8
Amsterdam	5	2	1	8
Barakaldo	10	0	0	10
Belfast	4	4	0	8
Bratislava	9	2	0	11
Bologna	8	1	0	9
Borlänge	9	2	0	11
Corby	4	1	2	7
Leuven	2	1	2	5
Łódź	4	2	3	9
Lom	4	4	0	8
Mulhouse	4	1	1	6
Pécs	8	4	0	12
Sfântu Gheorghe	5	3	0	8
Tallinn	8	0	0	8

Source: Self elaboration on the basis of UPLIFT urban reports

2.2 Difficulties and/or limitations to the research

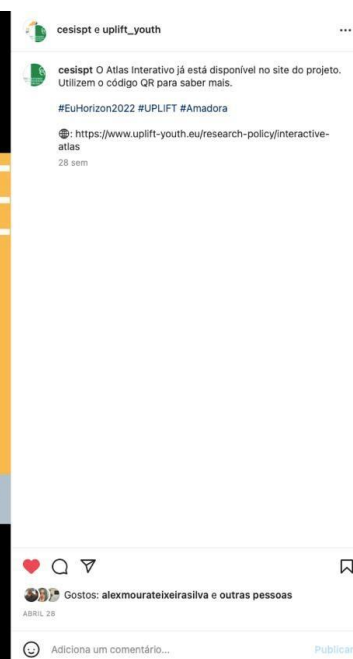
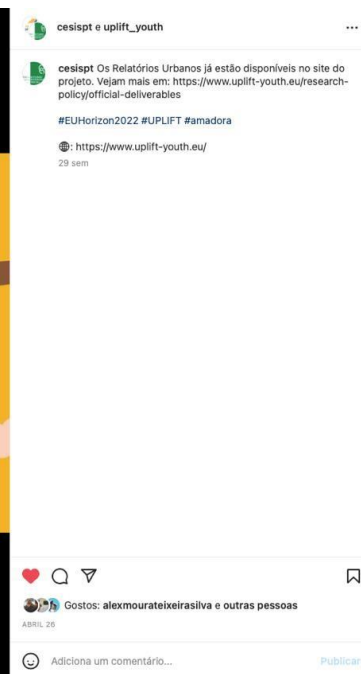
Every team mentioned to have faced constraints and limitations, including due to the COVID-19 pandemic which had to be addressed and tackled. In most cases, scheduling and carrying the interviews took longer than expected, notably due to the COVID-19 scenario. As a result of the public health measures imposed by Governments, which included partial or full lockdowns, as well as resulting from the professional uncertainties experienced by interviewees, several appointments had to be postponed, rearranged or even cancelled.

One way used to overcome this situation was through conducting online interviews. However, that also came with some additional constraints such as the need to constantly postpone interviews due to the need for digital support and/or the busy agenda of

stakeholders. The latter was emphasised as a significant difficulty even by the teams who have downplayed the effects of the pandemic as the availability of the local experts was limited due to a busier agenda. The lack of reply, the difficulty in finding relevant statistical data at local level and also the holding of national elections were mentioned as constraints in some FUAs.

Fig. II: Imagens e publicações em redes sociais de elementos do projeto. Elaboração própria.







Quadro I: Lista prévia das entidades. Elaboração própria.

NOME	ÁREA DE ATUAÇÃO
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste	Educação
Agrupamento de Escolas Azevedo Neves	Educação
Agrupamento de Escolas D. João	Educação
Agrupamento de Escolas Fernando Namora	Educação
Agrupamento de Escolas Pioneiros A. Portuguesa	Educação
Associação A Partilha	Social
Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Social
Associação Raízes	Social
Associação Renascer	Social
Centro Social 6 de Maio	Social

Quadro II: Email modelo para as entidades/associações. Elaboração própria.

EMAIL MODELO PARA AS ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES
Cara Entidade/Associação, Antes de mais, agradeço a disponibilidade e o contacto. O CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social (https://www.cesis.org/pt/) encontra-se a participar no projecto europeu UPLIFT (https://www.uplift-youth.eu/) que está a decorrer em nove países da Europa com o apoio financeiro da União Europeia – Horizonte 2020. O projecto pretende analisar os padrões e as experiências de desigualdades em dezasseis áreas urbanas dos países envolvidos no projecto, bem como as medidas e iniciativas relevantes para a redução dessas desigualdades em áreas como a educação, trabalho, habitação e protecção social. Em Portugal, a área urbana a ser alvo de análise é a Amadora, contando com o apoio formal da Câmara Municipal (cf. Carta em anexo). Neste sentido, vimos indagar da possibilidade de contar com a colaboração da Entidade/Associação na identificação de possíveis pessoas para a realização de uma entrevista, na data e hora que mais convir à pessoa. As entrevistas visam abranger dois grupos específicos. Por um lado, jovens entre os 15 e 29 anos e, por outro, adultos entre os 30 e os 40, que à data da crise de 2008 teriam, igualmente, entre os 15 e os 29 anos, por forma a compreender a sua situação de vida. Pretende-se perceber as experiências destas pessoas e as dificuldades sentidas em relação à sua situação face à habitação, emprego e educação. Essa entrevista será anónima e toda a informação recolhida será tratada no conjunto da informação obtida. Gostaríamos, igualmente, de saber da possibilidade, caso exista, de a entrevista se realizar nas vossas instalações. A duração prevista será entre 60 a 90 minutos e pretende abordar as áreas acima referidas. Agradecemos, desde já, toda a atenção dispensada a este nosso pedido. Dados os prazos

estipulados para a realização desta actividade, agradecemos uma resposta tão breve quanto possível. A mesma pode ser feita para o presente email (guilherme.costa@cesis.org) ou para o contacto telefónico (+351) 213 845 560.

Uma vez mais agradecendo o seu tempo.

Qualquer dúvida ou questão, por favor, disponha.

Com os melhores cumprimentos e votos de uma boa continuação,
Guilherme Costa.

Quadro III: Lista de contactos realizados, por entidades/associação, descrição breve das atividades e status do contacto. Elaboração própria.

Nome da Instituição	Informação sobre a Instituição	Contacto Disponível	Data e Status do contacto
Centro Social 6 de Maio	IPSS sem fins lucrativos que tem por objectivo a inserção social, educativa e familiar através dos valores da igreja cristã. Opera em conformidade com as necessidades da comunidade/sociedade. Detém uma cresce, pré-escolar, centro comunitário (apoio social e familiar, educação e animação cultural e recreativa) e igreja.	Tel.: 214 762 660 Email: cs6maio@gmail.com	Negativo. Afirmam que apenas têm crianças até aos 5 anos. (21-10-2021)
Agr. Esc. Amadora Oeste	Agrupamento de escolas da Amadora Oeste. Para além das modalidades obrigatórias, detém cursos de educação e formação, cursos profissionais e cursos nocturnos para adultos.	Tel.: 214 985 990 Email: direcao@aeamadoraoeste.edu.pt Aeamadora.oeste@gmail.com	Negativo. Não respondem via telefone/email. (21-10-2021; 26-10-2021) Afirmativo.

			Atenderam e pedem para enviar novamente um email informativo (28-10-2021)
Ass. Solid. Social Alto da Cova da Moura	IPSS que funciona como centro comunitário com 35 anos de existência. As suas intervenções são destinadas à comunidade do bairro e área envolvente e têm como objectivo a promoção da igualdade, formação, desenvolvimento, desporto, cultura e recreio. As necessidades da população são respondidas através das áreas de atendimento social, CLAIM (centro de apoio à integração de migrantes), apoio jurídico, apoio psicológico e desportos colectivos (capoeira, patinagem e dança).	Tel.: 214 905 144 - Tel.: 912944445 Email: direcao.assacm@gmail.com	Negativo. Afirmam não ter contactos dentro das nossas faixas etárias. (21-10-2021)
Ass. Raízes	IPSS com a missão de promover a participação activa e a inclusão social para a melhoria da qualidade de vida e crescimento pessoal, profissional e colectivo da comunidade. Realizam acções de proximidade e apoio com jovens de fraco suporte familiar/institucional para que estes tenham melhores oportunidades.	Tel.: 211 647 615 Email: geral@raizes.pt Email: direcao@raizes.pt Email: projetos@raizes.pt	Negativo. Não têm número de telefone atribuído.
Agr. Esc. Azevedo Neves	Agrupamento multicultural vocacionado para a inclusão social, profissional e linguística dos jovens e adultos, apostada na valorização do trabalho como veículo para o sucesso pessoal e socioprofissional. Inclui dois estabelecimentos de ensino de Pré-Escolar e 1º Ciclo – Escola Básica José	Tel.: 214 906 030 -	Afirmativo. (21-10-2021)

		Ruy e Escola Básica Condes da Lousã – e um terceiro – Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, que oferece uma vasta oferta de cursos desde o 2º, 3º ciclos do ensino básico até ao ensino secundário, bem como uma vasta experiência no ensino dos cursos profissionais.		
Agr. Fernando Namora	Esc.	Agrupamento de escolas. A oferta educativa contempla o pré-escolar, ensino regular e cursos profissionais de educação e formação.	Tel.: 214 767 710 Email: geral@aefn.pt Email: aeamadora.oeste@gmail.com	Negativo. O telefone toca, mas fica a dar uma música durante muito tempo sem ninguém atender. (21-10-2021) Afirmativo. Atenderam, mas disseram para ligar mais tarde porque não está lá ninguém da direção. (26-10-2021) Afirmativo. Devo enviar email com os detalhes do projeto. (26-10-2021)
Agr. Pioneiros Portuguesa	Esc. A.	Agrupamento de escolas. A oferta educativa contempla o pré-escolar, ensino regular e cursos profissionais de educação e formação.	Tel.: 214 996 280 Email: secretaria@aepap.edu.pt	Negativo. Liguei, atenderam, passaram para a direção e desligaram a chamada. (26-10-2021)
Ass. Renascer		IPSS sem fins lucrativos e tem como principal missão servir a comunidade através das suas valências sociais de reabilitação e reinserção	Tel.: 214 367 422 Email: geral@renascer.pt	Negativo. Ninguém respondeu ao email/chamada telefónica.

	social, distribuição de cabazes e apoio à comunidade. Procura abordar a comunidade através dos valores cristãos. Fazem parte integral da associação uma casa de acolhimento para jovens com comportamentos desviantes/risco, apoio a famílias carenciadas (protocolos com a CMO), acompanhamento nas prisões, apoio à comunidade, loja de artigos usados e serviços de transportes.		(21-10-2021)
Aproximar	Corresponde a uma cooperativa de Solidariedade Social cuja missão é valorizar o capital social e humano das organizações e das pessoas, enquanto estratégia para responder de forma sustentável a desafios e oportunidades suscitados pelo meio envolvente. As áreas de actuações principais são a educação, formação e capital social, sistema de justiça criminal, economia empreendedorismo e empregabilidade e, finalmente, envelhecimento activo e cuidados do dependente.	Tel.: 211 336 681 Tel.: 911 939 224 Email: contacto@aproximar.pt Email: ana.faria@aproximar.pt	Negativo. Ninguém atende o telefone. (21-10-2021; 26-10-2021) Afirmativo. Atenderam e pedem para enviar email com os detalhes do projeto. (28-10-2021)
Ass. A partilha, Ass. Moradores do Bairro do Zambujal	-	Tel.: 214 720 582 Email: a_partilha@sapo.pt	Negativo. O telefone toca mas ninguém atende. (21-10-2021; 26-10-2021; 28-10-2021; 02-11-2021)
Ass. de sol. SUBUD	CAI (centro de acompanhamento individual) tende a responder às necessidades	Tel.: 214 715 914 Tel.: 934 08 5286 Email: geral@assubud.org Email: cai@assubud.org	Afirmativo.

	individuais de cada criança em termos de integração social, assim como serviços pedagógicos e terapêuticos.		Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (26-10-2021)
Men Non	Tem como objetivo promover e contribuir para a informação, proteção e apoio às mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal.	Tel.: 213 626 049 Email: geral@mennon.org (Telefone pessoal da Sra. Fatinha: 967 953 783)	Afirmativo. Aguardo a chamada. (21-10-2021) Afirmativo. Vão ver e depois dizem alguma coisa, mas em princípio têm pessoas para a entrevista. (26-10-2021)
(Programa escolhas) Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP) – Comité Português	ONG (com estatuto de IPSS) com estatuto consultivo junto da UNESCO, da UNICEF e do Conselho da Europa. Tem como objectivo a promoção de melhores condições de vida para cada criança, apoio e estimulação da investigação científica e incentivar a aplicação e apoio as práticas destinadas a ajudar a família e a comunidade.	Tel.: 213 960 854 Email: pt.omep@gmail.com Email: omepbcv@gmail.com	Negativo. Ninguém responde ao email ou telefone. (29-10-2021)
(Programa escolhas) Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social	(IPSS) Apoio a crianças e jovens no desenvolvimento de competências, por forma a que estes se transformem num valor para a sua comunidade e assumam um projecto de vida com propósito, por oposição à situação de grande vulnerabilidade social, psicológica e emocional.	Tel.: 214 934 268 Email: contacto@pressleyridge.pt	Negativo. Não há retorno via email ou chamada. (26-10-2021; 02-11-2021)
(Programa escolhas) Associação de Jardins Escolas João de Deus	-	-	Negativo.

Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde	A associação faz parte de uma resposta integrada aos autóctones e aos cidadãos Nacionais de Países Terceiros, residentes no Bairro do Casal da Mira e zonas limítrofes, nas áreas relacionadas com o seu processo de acolhimento e integração em Portugal – Legalização/Nacionalidade, Social, Saúde, Educação, Justiça, Emprego, Habitação, entre outras igualmente relevantes, através da criação de um serviço de informação, Apoio e encaminhamento (CLAII) e dois gabinetes de apoio especializado (Saúde e Jurídico).	Tel.: 214 746 048 Tel.: 963 232 548 Email: ajpas.direccao@gmail.com	Negativo. Ninguém responde via telefone ou email. (02-11-2021)
Associação Amigos da Damaia	IPSS que tem como missão desenvolver serviços de acção social e outros, dirigidos para e participados pela comunidade, nomeadamente: Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez; Educação e formação profissional dos cidadãos.	Tel.: 938 590 479 Tel.: 214 901 230 Email: geral@aad.pt Email: coordenacao.aad@gmail.com	Afirmativo. Apenas existe uma pessoa (M40) e está disposta a dar a entrevista. Enviar informações via email. (26-10-2021)
Associação de Moradores do Alto do Moinho	Associação de Moradores.	Tel.: 214 715 134	Negativo. Ninguém responde via email e telefone. (26-10-2021; 02-11-2021)
Associação Cultural Moinho da Juventude		Tel.: 214 901 070 Tel.: 214 974 027 Email: anna.rita.domingos@gmail.com Email: dir-acmj@moinhoda juventude.pt	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (26-10-2021; 02-11-2021)

			Afirmativo. (02-11-2021)
Clube Atlético de São Brás	Desporto.	Tel.: 216 061 666 Email: casaoabras@afl.pt	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (02-11-2021)
Associação de Cultura e Desporto Brandoa	IPSS	Tel.: 21 476 02 06 Tel.: 91 054 14 04 Email: abcd.brandoa@abcd.pt	Negativo. Apenas têm crianças com menos de 15 anos e não têm relações com os pais das mesmas. (26-10-2021)
Associação de Solidariedade Social Vencer CASAL POPULAR DA DAMAIA	A sua actividade, verdadeiramente útil e necessária do ponto de vista social, é reconhecida quer pela população que o criou e desenvolveu, quer pelas diversas entidades com as quais se relaciona em parceria ou de forma complementar no apoio aos mais desfavorecidos, no atenuar dos efeitos das desigualdades sociais ou seja, no fomento da solidariedade social.	Tel.: 214 906 090 Email: geral@casalpopular.pt	Negativo. Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (26-10-2021) Enviei novamente email a dia 25-01-2022, sem resposta.
Academia do Johnson Semedo	IPSS que dinamiza actividades culturais para jovens que provêm de meios sociais mais desfavorecidos.	Tel.: 960 125 733 Email: academiadojohnson@gmail.com	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (26-10-2021; 02-11-2021)
Centro Social Paroquial de São Brás	IPSS pertencente à paróquia de São Brás e está integrado na pastoral sócio caritativa do Patriarcado de Lisboa. É uma instituição sem fins lucrativos e de interesse público pela natureza própria das actividades desenvolvidas e os fins a que se destina.	Tel.: 214 929 450 Tel.: 962 557 273 Email: cspsaobras@gmail.com Email: geral@cspsbras.com	Negativo. Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (28-10-2021) Não obtive resposta.

Centro Social Paroquial Nª Sra. Mãe de Deus da Buraca	IPSS com o fim de cultivar nos paroquianos a noção das suas responsabilidades sociais, motivando-os para as exigências cristãs da Partilha e comunicação de Bens e, muito particularmente, ajudando-os a dar respostas adequadas às carências que eventualmente se verifiquem entre os habitantes da paróquia, mediante acções de assistência, promoção ou desenvolvimento, segundo as circunstâncias.	Tel.: 214 713 519 Tel.: 939 301 571 Email: sede@cspburaca.pt Email: sofiabarbosa@cspburaca.pt	Negativo. Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (28-10-2021) Enviei novamente o email a dia 25-01-2022, sem sucesso.
Feixe Luminoso - Associação	(N/A)	Tel.: 214 957 583 Tel.: 962 314 007 Email: feixeluminioso@sapo.pt	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (26-10-2021; 28-10-2021; 02-11-2021)
Assoc. Escuteiros Portugal Grupo 48	Escuteiros.	Tel.: 214 970 202 Email: geral@aep48damaia.org	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (26-10-2021)
BUÉ FIXE - Associação de Jovens	Associação juvenil afro-portuguesa, com estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e associação de imigrante, sedeadada no município de Amadora, distrito de Lisboa, e referenciada como “Boas Práticas” no Relatório Mundial da Juventude das Nações Unidas e outras entidades e publicações, pelos seus programas sociais na área da promoção e acesso a serviços e bens de saúde para os jovens com origem nos países africanos de	Tel.: 926 007 149 Tel.: 932 222 955 Email: grupobuefixe@gmail.com	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (26-10-2021; 02-11-2021)

	língua portuguesa residentes em Portugal.		
Ass. Espírito de Mudança - Assoc. Juvenil	(N/A)	Tel.: 969 258 968 Email: ajespiritomudanca@gmail.com	Negativo. Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (26-10-2021) Enviei email novamente a dia 25-01-2022, sem sucesso.
Academia de Esgrima João Gomes - Associação Desportiva	Associação desportiva sem fins lucrativos, é um projecto que visa o desenvolvimento da esgrima através da formação de atletas devidamente enquadrados numa estrutura coordenada por João Gomes.	Tel.: 965 882 217 Email: j.gomes@aejoaogomes.com Email: esgrima@aejoaogomes.com	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (02-11-2021)
Assoc. Cultural, Recreativa e Desportiva de Carenque	(N/A)	Tel.: 916 531 818 Tel.: 214 360 916 Email: pedro.garcia@acrdcarenque.pt	Afirmativo. Enviei email com a explicação do projeto. (02-11-2021)
Associação AMAVITA Foot	A Associação Amavita Foot, entidade sem fins lucrativos, foi constituída, no dia 28 de Agosto de 2009, com o propósito de fomentar o desporto, a educação física, a cultura e o recreio; organizar, promover e realizar de eventos, nomeadamente desportivos, entre sócios e para sócios.	Tel.: 214 757 313 Email: acade.amavitafoot@gmail.com Email: amavitafoot09@gmail.com	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (02-11-2021)
Círculo de Esgrima ESA - Amadora	Clube de esgrima da escola secundária da Amadora.	Tel.: 214 744 040 Email: circuloesgrimaesa@gmail.com	Negativo. Como faz parte da escola devo deixar o Agr. Escolas responder primeiro. O agrupamento de escolas não respondeu.

Clube Desportivo Cá-Te-Espero		Tel.: 211 377 317 Email: cd-ca-te-espero@netcabo.pt	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (02-11-2021)
Rede Social – Amadora – CLAS (Conselho Local de Acção Social)	Fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.	Tel.: 214 369 053 Email: redesocial-amadora@sapo.pt	Afirmativo. Devo enviar email (para o email geral) a explicar o projeto + contacto. (02-11-2021)
Associação de Moradores Bairro Janeiro	N/A	Tel.: 214 913 250 Email: N/A.	Negativo. Ninguém responde via email ou telefone. (04-11-2021)